



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O papel das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) para a Educação não-formal em Portugal.

Rossana Ferreira Mota

Mestrado em, Estudos do Ambiente e da Sustentabilidade

Orientadora:

Doutora Ana Margarida Esteves, Investigadora no CEI-IUL,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2022



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

O papel das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) para a Educação não-formal em Portugal.

Rossana Ferreira Mota

Mestrado em, Estudos do Ambiente e da Sustentabilidade

Orientadora:

Doutora Ana Margarida Esteves, Investigadora no CEI-IUL,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2022

*Para a minha mãe.
O meu eterno pilar.*

Agradecimento

Primeiramente, quero agradecer à Doutora Ana Margarida Esteves por ter aceitado orientar-me na elaboração deste trabalho, por me ter acompanhado nesta árdua tarefa que é escrever uma tese.

Ao ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e a todos os docentes com que me cruzei ao longo do meu percurso académico, agradeço por todo o conhecimento que me foi transmitido durante estes 2 anos, permitindo-me crescer tanto a nível profissional como a nível pessoal.

Agradeço às ONGA que de forma anónima contribuíram para o estudo desta dissertação.

Às minhas amigas, por terem sido companheiras de viagem académica, pelos desabafos, palavras e conversas de apoio e ânimo.

Ao Pedro, por ser o melhor companheiro para todas as horas. Pela sua paciência e o eterno carinho e dedicação em me ajudar nos momentos mais adversos da minha vida académica.

Um agradecimento em especial à minha família, sobretudo, a minha mãe, por ser a pessoa que sempre acreditou em mim e nas minhas capacidades, pelo seu apoio incondicional, pelos valores e princípios tão bem transmitidos e por ser o meu maior pilar.

E por fim, às crianças da minha família, que sem saberem, são a fonte de inspiração e força para desejar e trabalhar por um mundo e futuro melhores.

A vocês um enorme obrigada!

Resumo

No momento atual, a relação que o ser humano e as suas ações antropogénicas apresentam para com o meio natural (ambiente biofísico) e o atual modelo de sociedade presente é fundamental para compreender o impacto negativo que se encontra a existir para com o meio natural.

Compreender que o atual paradigma de sociedade proporciona uma relação negativa para com o meio natural é fundamental para percebermos a mudança que deverá ocorrer, uma transformação social e ambiental.

Para tal, a necessidade de entidades e organizações que apoiem à mudança de consciência e de pensamento são fulcrais. As Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) surgem assim como organizações com uma natureza de bem público, com grande relevância na promoção, conservação, sensibilização e valorização do ambiente. Desde modo, as ONGA desempenham um papel fundamental na disseminação da Educação Ambiental (EA) em Portugal, através das suas atividades, projetos e ações de EA.

A presente dissertação, através do estudo quantitativo realizado tem como objetivo ser um contributo para a compreensão do papel das ONGA na disseminação de EA não-formal, na apreensão do seu âmbito, atividades principais, público-alvo e faixa etária de atuação das ações de EAN, bem como, os métodos e metodologias pedagógica utilizadas, enfoques educativos, as correntes de EA com maior utilização e o contributo que a Estratégia Nacional de EA 2017-2020 e a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 apresentam para as ONGA na disseminação de EA.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Educação não-formal; Organizações Não-Governamentais de Ambiente; meio natural; correntes de educação ambiental.

Abstract

At the present time, the relationship that human beings and their anthropogenic actions natural environment (biophysical environment) and the current model of present society is essential to understand the negative impact that exists on the natural environment.

Understanding that the current paradigm of society provides a negative relationship with the natural environment is fundamental to understand the change that must occur, a social and environment transformation.

To this end, the need for entities and organisations that support a change in consciousness and thinking is essential. Environmental Non-Governmental Organisations (NGOs) emerge as organisations with a public good nature, with great relevance in the promotion, conservation, awareness and valuation of the environment. Thus, NGOs play a key role in the dissemination of Environmental Education (EE) in Portugal, through their activities, projects and EE actions. This dissertation, through the quantitative study carried out, aims to be a contribution to the understanding of the role of NGOs in the dissemination of non-formal EE, in the apprehension of its scope, main activities, target audience and age range of action of the actions of NFE, as well, as the methods and pedagogical methodologies used, education approaches, the currents of EE with greater use and the contribution that the National Strategy for EE 2017-2020 and the National Strategy of Education for Development 2018-2022 present to the NGOs in the dissemination of EE.

Keywords: Environmental education; Non-formal education; Environment Non-Governmental Organisations ; natural environment ; environmental education currents.

Índice

Agradecimento.....	iii
Resumo.....	v
Abstract	vii
Índice de Gráficos.....	xii
Índice de Quadros.....	xiv
Lista de acrónimos e siglas.....	xvii
Introdução	1
Capítulo 1. Revisão da Literatura	4
1.1. Sociedade Ambiente	4
1.2. Organizações Não Governamentais	5
1.2.1. Organizações Não Governamentais de Ambiente	7
1.3. Educação Ambiental	9
1.3.1. Dimensões da Educação Ambiental	11
1.4. Educação não-formal – perspetivas de Paulo Freire, Myles Horton e Leonardo Boff	12
1.5. Educação Ambiental Formal – Sistema educativo português	18
1.5.1. Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022	22
1.5.2. Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2017-2020.....	24
1.6. Correntes de Educação Ambiental	26
Capítulo 2. Objetivos de pesquisa	32
2.1. Pergunta de partida e objetivos de pesquisa	32
Capítulo 3. Método	35
3.1. Amostra, Instrumento e Procedimento	35
Capítulo 4. Resultados	36
4.1. Resultados das análises estatísticas.....	36
4.2. Discussão de resultados	41
4.2.1. Principais contributos e limitações.....	49

Capítulo 5. Conclusão	52
Referências Bibliográficas	55

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Percentagem de ONGA por região em Portugal.....	36
Gráfico 2 – Número de ONGA por região em função do âmbito de atuação.....	37
Gráfico 3 – Valores médios de frequência da realização de EA das ONGA de acordo com a faixa etária.....	38

Índice de Quadros

Quadro 1 – Corrente de Educação Ambiental (Sauvé, 2002, 2005 e Fernandes, 2008).....	57
Quadro 2 – Número total de ONGA participante.....	82
Quadro 3 – Região da ONGA em Portugal.....	82
Quadro 4 – Âmbito de atuação da ONGA.....	82
Quadro 5 – Atividades das ONGA.....	83
Quadro 6 – Número de ONGA que realizam atividades ou projetos de EA.....	84
Quadro 7 – Resposta à questão “Qual(ais) o(s) público-alvo(s) das atividades e projetos de EA da sua ONGA?”.....	84
Quadro 8 – Resposta à questão “De acordo com a faixa etária, qual a frequência da realização de atividades de EA pela sua ONGA?”.....	84
Quadro 9 – Resposta à questão “Existe algum método(s) pedagógico(s) seguido pela sua ONGA?”.....	85
Quadro 10 – Resposta à questão “Selecione a(s) característica(s) e objetivo(s) que melhor definem ou se associam às atividades e projetos de EA realizadas pela sua ONGA”.....	85
Quadro 11 – Resposta à questão “Quais o(s) enfoque(s) das atividades e projetos de EA na sua ONGA?”.....	88
Quadro 12 – Resposta à questão “A sua ONGA realizou alguma iniciativa ou projeto financiado em colaboração com a ENEA 2017-2020?”.....	88
Quadro 13 – Resposta à questão “Uma das ações de ENEA 2020 era de “Estimular o papel das ONGA e equiparadas, enquanto promotoras e coordenadoras de programas/projetos de EA”. Acha que este objetivo foi cumprido?”.....	89
Quadro 14 – Resposta à questão “Na perspetiva da sua ONGA qual(ais) dos seguintes objetivo estratégicos da ENEA 2017-2020 acredita terem sido alcançados?”.....	89
Quadro 15 – Resposta à questão “Na perspetiva da sua ONGA, qual(ais) das seguintes medidas por objetivos da ENED 2018-2022 acredita estarem a ser alcançados?”.....	90
Quadro 16 – Relação da região e o âmbito da ONGA (em função do número e percentagem de casos).....	91
Quadro 17 – Relação do âmbito de atuação da ONGA se realiza atividades ou projetos de EA (em função do número e percentagem de casos).....	91
Quadro 18 – Percentagem de ONGA por região que realiza atividades ou projetos de EA.....	92

Quadro 19 – Percentagem de ONGA que realizam atividades ou projetos de EA que apresentam algum método(s) pedagógico(s).....	92
Quadro 20 – Percentagem de ONGA que realizou alguma iniciativa ou projeto financiado em colaboração com a ENEA 2020 que apresenta algum método pedagógico.....	92

Lista de acrónimos e siglas

ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa;

APA – Agência Portuguesa do Ambiente;

DGE – Direção-Geral de Educação;

EA – Educação Ambiental;

EAF – Educação Ambiental Formal;

EAI – Educação Ambiental Informal;

EAN – Educação Ambiental Não-formal;

EAS – Educação Ambiental para a Sustentabilidade;

ED – Educação para o Desenvolvimento;

EDS – Educação para o Desenvolvimento Sustentável;

ENEA – Estratégia Nacional de Educação Ambiental;

ENED – Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento;

ENF – Educação Não-formal;

EqEA – Equipamentos para Educação Ambiental;

FEE – *Foundation for Environmental Education* (Fundação para a Educação Ambiental);

INE – Instituto Nacional de Estatística;

IPAMB – Instituto de Promoção Ambiental;

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico;

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

ONG – Organização(ões) Não Governamental(ais);

ONGA – Organização(ões) Não Governamental(ais) de Ambiente;

ONGD – Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento;

ONU – Organização das Nações Unidas;

OSC – Organizações da Sociedade Civil;

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;

RNOE – Registo Nacional das Organizações Não Governamentais de Ambiente;

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Introdução

O presente estudo pretende ser uma confirmação ou contributo para a perceção da importância da EAN (Educação Ambiental Não-formal) em Portugal, fundamentalmente a EAN disseminada pelas ONGA (Organização(ões) Não Governamental(ais) de Ambiente) portuguesas.

O tema desta dissertação é “A importância do papel das ONGA para a ENF (Educação Não-formal) em Portugal” onde apresenta como a principal pergunta de investigação “Qual(ais) a(s) corrente(s) de EA mais utiliza(s) pelas ONGA”.

Como tal, o papel da ONGA na EA (Educação Ambiental) em Portugal é salientado no decorrer desta dissertação, do contributo e mais valias destas organizações para a sociedade e comunidade portuguesa.

A pergunta de partida desta dissertação e do estudo realizado passa por compreender “Qual o envolvimento das ONGA em iniciativas de EAN em Portugal”. Neste sentido, os principais objetivos de estudo são: compreender quantas ONGA tem presente atividades e objetivos de EA e ED (Educação para o Desenvolvimento) em Portugal, se existe incorporado na organização ou nas atividades e projetos de EA métodos ou metodologias de ensino e aprendizagem, qual o público-alvo de atuação e faixa-etária onde se desenvolvem mais atividades e projetos das ONGA, qual a corrente de EA mais utilizada pelas ONGA e por fim, compreender a relevância e contributo da ENEA (Estratégia Nacional de Educação Ambiental) 2020 e ENED (Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento) 2022 para as ONGA.

O estudo realizado pretende ser uma mais valia para a consideração do papel e importância de organizações sem fins lucrativos, com natureza de bem público e voluntárias na disseminação de EA que permitirá combater os problemas e problemáticas ambientais presentes na sociedade.

Relativamente à estrutura da dissertação, no primeiro capítulo – Revisão da Literatura – é concedida uma introdução à relação sociedade e ambiente e o impacto negativo dessa mesma relação. É apresentada uma breve contextualização da história do surgimento das ONG (Organização(ões) Não Governamental(ais)) em Portugal, da sua crescente valorização na área ambiental, as principais áreas de atuação e os tipos de ONG existentes. Em seguida, é apresentado o conceito, área de intervenção e modo de atuação das ONGA em Portugal.

Posteriormente, na seguinte secção do capítulo, é apresentado o surgimento, desenvolvimento e ênfase da EA a nível mundial e nacional, o conceito, principais objetivos e meta da EA, bem como, os princípios diretivos dos programas de EA segundo a Carta de Belgrado de 1975.

Seguidamente, é realizada uma contextualização dos diferentes tipos de atuação ou de dimensão da EA – EAF (Educação Ambiental Formal), EAI (Educação Ambiental Informal) e EAN. Foi aprofundado o conceito de ENF e educação popular segundo as perspetivas de Paulo Freire e Myles Horton. Após a análise dos autores e o contributo gerado para a ENF e EAN é abordado as semelhanças entre a Teologia da Libertação e a perspetiva pedagógica de Paulo Freire. É ainda abordada a contextualização entre o relacionamento da Teologia da Libertação com a perspetiva de Leonardo Boff, e o discurso ecológico que o autor apresenta. Neste sentido, é apresentado o novo paradigma ecológico de Leonardo Boff e como a sua perspetiva se relaciona com a EA.

Posteriormente, é realizada uma contextualização da relação das ONGA com a disseminação de EA no sistema educativo português. O seu contributo e desenvolvimento curricular em prol da EA.

Na secção 1.5.1 – ENED 2018-2022 – é apresentado os pilares, princípios de ação e objetivos estratégicos da ENED 2022.

Na secção 1.5.2 – ENEA 2017-2020 – é apresentado o que esta estratégia pretendeu a nível nacional, os princípios orientadores e os principais resultados do relatório de avaliação efetuado.

Por fim, neste capítulo é feita a contextualização da cartografia de correntes de EA de acordo com Sauvé (2005).

No capítulo 2 – Objetivos de pesquisa – é abordado a pergunta de partida e os objetivos do estudo realizado.

Seguidamente, no capítulo 3 – Método –   apresentada a amostra, instrumento e procedimento para a realiza o do estudo. Os resultados, discussão dos principais resultados e limita es existentes.

Por fim, no último capítulo – Conclusão –   apresentado os principais contributos da presente disserta o e descobertas da investiga o.

CAPÍTULO 1

Revisão da Literatura

1.1. Sociedade e Ambiente

Para compreender o surgimento da EA a nível social, tem de se perceber a ligação e relação entre sociedade e meio ambiente ou meio biofísico ao longo do tempo até à conceção na atualidade para que, posteriormente se entenda o surgimento da tipologia e o conceito de EA.

A evolução e a ação do ser humano no meio ambiente (ambiente biofísico) ao longo das últimas décadas produziram e produzem um impacto negativo no meio ambiente, provocando alterações significativas no mesmo.

O impacto da ação humana no meio ambiente, começou a ter uma maior notoriedade com a Revolução Industrial no século XVII e o seu desenvolvimento e avanço económico. A noção e apreciação que os indivíduos começaram a ter sobre o meio ambiente em que estão inseridos modificou-se. Até então sociedade e ambiente, não apresentavam qualquer tipo de ligação ou relação, ou seja, a natureza aparecia como um meio de recursos para o desenvolvimento da sociedade, apresentado assim, uma relação de superioridade em que o ser humano utilizava e utiliza a natureza em prol do seu desenvolvimento e benefício de forma desenfreada.

A crise ecológica hoje presente, resulta do crescente desequilíbrio do sistema-terra provocado pela evolução da tecnologia, a exploração dos “recursos naturais” como infinitos e como principal causa o modelo de sociedade presente que reforça o antropocentrismo e o desenvolvimento como ilimitado condicionando a degradação ecológica e a pobreza (Boff, 2004).

O antropocentrismo aparece assim, como o principal limitador em considerar o ambiente ecológico e a existência humana como uma relação e uma dualidade inerente nos mesmos. Como é possível realçar segundo Beck (1992) citado por Murphy (1995), “a natureza não pode ser mais entendida como um estranho à sociedade, ou a sociedade como um estranho à natureza”, ou seja, deve haver e existir uma perceção do “impacto” da natureza na sociedade e a relação existente entre os mesmos como conceitos embutidos um no outro (p. 691).

Tal como, refere Leonardo Boff (2004) o ser humano tem de compreender que se encontra em relação com o meio ambiente, ou seja, Terra e humanidade formam “uma única entidade”, e como tal, é necessário que o ser humano enquanto ser que apresenta uma singularidade inerente, a função cognitiva, aos outros demais seres, apresenta portanto um papel de maior importância como “guardião” da terra, isto é, como principal construtor do bem comum a todos.

Neste sentido, na atualidade tornou-se possível compreender a percepção existente dos indivíduos face aos riscos e ameaças ambientais que a ciência e o seu desenvolvimento podem provocar. Começa-se deste modo, a dar mais importância aos problemas e ameaças ambientais presentes na sociedade consequente das atividades antropogénicas. Quando se fala em ameaça e risco presente na sociedade, falamos do “simples efeito perverso e residual do desenvolvimento”, ou seja, o desenvolvimento da modernidade produz inconsequentemente riscos face a ela mesma que “se impõe à própria sociedade moderna como ameaça” (Schmidt, 1999).

Como menciona Santos (2012), para compreender as transformações causadas devido à globalização crescente e às ações antropogénicas das alterações globais é necessário analisar e compreender a “evolução cultural, em sentido lato, que conduziu à globalização, entendida como um processo de expansão e intensificação das interações e ligações sociais, económicas, políticas, científicas, tecnológicas, culturais e religiosas à escala mundial” (p. 24).

Um dos aspetos relevantes para a mitigação, preservação e combate dos problemas inerentes da atividade humana é a sensibilização, promoção da consciência e pensamento crítico e criação de políticas e regulamentação ambiental.

Assim surge a educação e ação pedagógica como o principal mecanismo para a mudança de consciência e sensibilização no ser humano, de que o mesmo encontra-se em relação com o meio ambiente e que o mesmo se relaciona com o ser humano.

Como destaca, Leonardo Boff (2004), para o surgimento de um novo modelo de sociedade, ao qual o autor refere como um novo paradigma ecológico, torna-se necessário o conscientizar o ser humano através da educação e da ação pedagógica, de forma a criar seres que percebam a importância enquanto seres singulares (de função cognitiva) e em relação e interligação com os demais seres. Deste modo, a educação surge como o mecanismo principal para o desenvolvimento sustentável e a preservação do bem comum para todos os seres no presente e futuro.

1.2. Organizações Não Governamentais

Para compreender a importância e relevância do tema proposto torna-se necessário em primeira instância compreender o desenvolvimento, o conceito e a importância das Organizações Não-Governamentais (ONG) a nível social.

Segundo a Fundação Calouste Gulbenkian (2015), a existência de organizações que se enquadram na definição de ONG em Portugal, tiveram o seu surgimento e desenvolvimento desde da época medieval, com destaque nas confrarias, passando para a época moderna, com o surgimento das misericórdias (1498); a época liberal, onde se destaca mudanças nas áreas de intervenção das misericórdias; a época do Estado Novo (1933-1974), que se caracterizou pela “atitude de desconfianças e hostilidade em relação às OSC (Organizações da Sociedade Civil)”; e por último, o pós 25 de Abril, onde existiu um aumento do número de organizações (associações e cooperativas) resultado em parte pela entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia e a participação cívica dos cidadãos nos mais diversos campos de intervenção (p. 68-87).

A nível mundial, as ONG tiveram um maior desenvolvimento a nível humanitário a serviço da sociedade na década de 60, como instituições e organizações de apoio a refugiados inerentes da segunda guerra mundial. Com o passar do tempo as ONG passaram a dedicar-se não só a causas humanitárias mas também ao desenvolvimento (Oliveira, 2020).

Na Agenda 21, documento criado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorrido no Rio de Janeiro em 1992 é ressaltado este mesmo aspeto, do “fortalecimento do papel das ONG: parceiros para um desenvolvimento sustentável” destacando a sua independência, experiência, conhecimento e capacidade de ação em prol do desenvolvimento sustentável (UNCED, 1992, p. 311-313).

Neste sentido, convém em primeira instância compreender o conceito ou definição de uma ONG. Segundo a Fundação Calouste Gulbenkian (2015), as ONG têm de satisfazer um conjunto de condições: terem personalidade jurídica que é de natureza civil e coletiva; serem privadas, nascidas da iniciativa da sociedade civil; terem modos de governo autónomos relativamente ao Estado; e terem uma natureza de um bem público.

Em suma, o conceito usado no Programa Cidadania Ativa pela Fundação Calouste Gulbenkian (2015) define e caracteriza de forma sucinta a definição de ONG, sendo a seguinte:

As ONG portuguesas são pessoas coletivas de direito privado, de base voluntária, sem fins lucrativos, independentemente da forma jurídica que revistam e que reúnam, à data da apresentação da candidatura, os seguintes requisitos:

a) Estejam legalmente constituídas em Portugal;

- b) Prossigam finalidades de interesse geral ou de bem comum;
- c) Sejam independentes de quaisquer autoridades locais, regionais, ou nacionais e de outras entidades públicas ou organizações socioprofissionais ou empresariais;
- d) Não sejam organizações partidárias ou partidos políticos;
- e) Não sejam organizações religiosas (p. 51).

Sendo as ONG de natureza civil e coletiva, caracterizadas como um bem público, apresentam como principal missão a “ação coletiva para o desenvolvimento das relações mais solidárias dos seres humanos entre si e com o meio ambiente em que vivem”. Sendo defensoras de determinados valores ou interesses, tratando-se os seus projetos com origem na sociedade civil sem ligação a empresas ou ao Estado (ONGD, 2014; Fundação Calouste Gulbenkian, 2015, p. 50).

As ONG tem um papel fulcral na sensibilização e formação da comunidade para o desenvolvimento sustentável. Permitem “promover a responsabilidade civil e a integração e transformação dos factos e dos conhecimentos científicos numa informação fácil de compreender”. Desta forma, apresentam como domínios de ação promover e sensibilizar para o desenvolvimento sustentável através da aprendizagem formal, não formal e informal (UNESCO, 2005, p. 13).

A Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD, 2018) apresenta como principais áreas de atuação das ONG: a cooperação para o desenvolvimento, ação humanitária e de emergência, educação para o desenvolvimento e cidadania global. Sendo esta última, o ponto de atuação que se coincide com o tema apresentado para estudo.

Deste modo, as ONG podem ser de três tipos específicos: as Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento (ONGD), as Organizações Não Governamentais das Pessoas Com Deficiência (ONGPD) e as Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) (Fundação Calouste Gulbenkian, 2015).

1.2.1. Organizações Não Governamentais de Ambiente

As ONGA tiveram o surgimento do seu conceito e terminação como ONG na área ambiental na década de 1980 (Silva, 2012).

Segundo o Decreto-Lei nº35/98 de 18 de julho de 1998, as ONGA são:

associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados, e visem, exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da natureza (artigo 2.º alínea 1 e 2).

Apresentam deste modo como área de intervenção principal o meio ambiente (biofísico), a conservação e sensibilização para a proteção da Natureza, como património natural e construído (artigo 2.º alínea 2).

Segunda Silva (2012), o principal modo de ação das ONGA é através da sua ação voluntária dos membros que fazem parte da mesma e a obtenção de recursos financeiros para a realização das ações que se propõem. Tendo deste modo, um cariz voluntário e um grau de independência para a gestão e funcionamento, de acordo com os seus objetivos. Vinculam o conhecimento (ciência) com a ética (valores morais) e a política.

No seu composto as ONGA podem ser de âmbito nacional, regional ou local. Em todos os âmbitos as ONGA desenvolvem um carácter regular e permanente de atividades, numas de interesse nacional ou em todo o território nacional noutras com alcance geográfico supramunicipal (regional) ou alcance geográfico municipal ou inframunicipal (local) (Decreto-Lei nº35/98 de 18 de julho).

As ONGA, no termos da lei, tem acesso e direito a consultar informações junto dos “órgãos da Administração Pública sobre documentos ou decisões administrativas com incidência no ambiente”, bem como, de participarem na definição de políticas e legislação referente ao ambiente (Decreto-Lei nº35/98 de 18 de julho Artigo 5.º alínea 1 e Artigo 6.º).

Neste sentido, o IPAMB (Instituto Nacional de Estatística) é a instituição que organiza, regula, atribui o âmbito da organização, fiscaliza e que posteriormente procede à publicação do registo nacional das ONGA e equiparadas, sendo só admitidas ao registo associações que tenham pelo menos 100 associados (Decreto-Lei nº35/98 de 18 de julho).

Atualmente é através de um requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) que permite a inscrição voluntária e o estatuto de ONGA no RNOE (Registo Nacional das Organizações Não Governamentais de Ambiente). Ou seja, a APA é entidade responsável pela gestão, que instrui o processo e emite a decisão final da criação de ONGA (Decreto-Lei nº35/98 de 18 de julho).

O enquadramento legal das ONGA veio permitir “uma dinâmica acrescida de participação e intervenção empreendedora na sociedade, nos domínios da proteção, sensibilização e valorização do ambiente”. Consequentemente, estes organismos permitem o desenvolvimento de atividades, projetos e programas de EA com a sociedade civil, através da utilização de EqEA (Equipamentos para Educação Ambiental). Estes EqEA são todas as infraestruturas que, permitem oferecer um conjunto de programas e atividades de intervenção de EA, através de instalações apropriadas, equipas especializadas e um projeto educativo adequado (ENEA, 2017, p. 3536-3544).

Deste modo, segundo a APA (2021), as ONGA “desempenham um papel fundamental e relevante no domínio da promoção, proteção, sensibilização e valorização do ambiente, desenvolvendo uma ação de interesse público”.

Como destaca Tristão e Tristão (2016), as ONGA apresentam como foco de ação “impedir a degradação ambiental e promover formas sustentáveis de desenvolvimento” tornando-se deste modo, organismos fulcrais para o desenvolvimento e ações de processos de EA não formal (p. 52).

1.3. Educação Ambiental

A EA teve o seu aumento de ênfase em 1972, na Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente realizada em Estocolmo, onde foi destacado a defesa e melhoria do meio ambiente como objetivo principal da humanidade. Seguidamente em 1975, com a realização da Carta de Belgrado elaborada no Seminário Internacional de Educação Ambiental e na Conferência Intergovernamental de Tbilisi de 1977 organizada pela UNESCO, em cooperação com PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) foram descritos os destinatários, a meta, os objetivos e as diretrizes básicas dos programas de EA, prevendo este modo, a “interdisciplinarização” da EA (Spínola, 2014; Oliveira, 2020).

Em Portugal, a EA teve o seu surgimento no início da década de 70, já o seu conceito e objetivo aparecem nos anos 60, como forma de dar resposta à crescente degradação ambiental derivada da relação sociedade-ambiente, ou seja, o indivíduo e o seu coletivo e a relação de degradação que causa ao meio biofísico. A EA só veio a fazer parte de todos os níveis de ensino pela Lei de Bases do Sistema Educativo de 1989. Só em 2005, na reformulação do protocolo de cooperação entre os Ministérios do Ambiente e da Educação é que envolveram e destacaram as ONGA para a promoção e desenvolvimento de EA (Schmidt et al., 2010; Spínola, 2014).

A EA apresenta como principais destinatários o público em geral devendo integrar todas as formas e tipos de educação (UNESCO, 1975).

Segundo Schmidt, et al. (2010), a EA é um “processo de aprendizagem permanente”, onde se pretende que seja um processo continuado e compreensivo, ao qual, o indivíduo deve procurar informação e conhecimento de forma a construir e criar um espírito e sentido crítico em relação às problemáticas ambientais. Permite assim, que o indivíduo enquanto membro de uma sociedade ganhe consciência do ambiente que está inserido e do qual faz parte, possibilita desta forma uma “cidadania consciente do meio biofísico” de modo, a contribuir para a ajuda na resolução dos problemas ambientais. Como destacam os autores, a “EA foi pensada como um processo progressivo e dinâmico de aprendizagem” (p. 55-57).

Por outras palavras, como refere Sauvé (2002):

A EA não  , portanto, uma “forma” de educa o (uma “educa o para...” entre inúmeras outras; não   simplesmente uma “ferramenta” para a resolu o de problemas ou de gestão do meio ambiente. Trata-se de uma dimensão essencial da educa o básica que diz respeito a uma esfera de intera o que está na base do desenvolvimento pessoal e social: a da rela o com o meio em que vivemos, com essa “casa de vida” compartilhada. A EA visa a induzir dinâmicas sociais, de início na comunidade local e, posteriormente, em redes mais amplas de solidariedade, promovendo a abordagem colaborativa e crítica das realidades socioambientais e uma compreensão aut noma e criativa dos problemas que se apresentam e das soluçoes possíveis para eles. (...) acompanha e sustenta de início o surgimento e a concretiza o de um projeto de melhora da rela o de cada um com o mundo, cujo significado ela ajuda a construir, em fun o das características de cada contexto em que interv m (...) ela contribui para o *desenvolvimento de sociedades responsáveis* (p. 317 e 321).

A autora destaca como principal objetivo da EA a “nossa rela o com o meio ambiente”, sendo realizada em um “espaço de crítica social” (Sauvé, 2002, p. 317 e 321).

Por conseguinte, segundo o mapa conceptual de Fernandes (2018), a EA   necessária para a resolu o da crise ambiental através de um “pensamento complexo, multidimensional e crítico”, sendo destacada, a necessidade do desenvolvimento do espírito, sentido e pensamento crítico, da criatividade e capacidade de organiza o do indivíduo e sociedade para o cumprimento dos objetivos da EA (p. 101).

Neste sentido, os objetivos da EA de acordo com a Carta de Belgrado, são apresentados como lineares, na forma como o indivíduo os adquire, são estes: a tomada de consciência e de decisão, do meio ambiente em geral e dos problemas ambientais; compreensão e conhecimento do meio ambiente e os problemas associados; aquisição de competências, atitudes e valores, que impulsionem a participação para a resolução dos problemas ambientais; aquisição de aptidões necessárias à resolução destes problemas; capacidade de avaliação de medidas e programas de EA; e por fim, a participação e ação (UNESCO, 1975; Fernandes, 2018).

A EA apresenta como meta a competência para ação, isto é, permitir e dar competências de formar todos os indivíduos conscientemente do meio ambiente, de forma a que trabalhem individualmente e coletivamente em prol de soluções para os problemas ambientais e a prevenção de problemas futuros (UNESCO, 1975; Fernandes, 2018).

Convém ressaltar os princípios diretivos dos programas de EA, aprovados pela Carta de Belgrado, em que a EA deve:

- considerar o ambiente na sua totalidade;
- ser um processo contínuo e permanente;
- adotar um método interdisciplinar;
- enfatizar a participação ativa na prevenção e solução dos problemas ambientais;
- examinar as principais questões ambientais;
- basear nas condições ambientais atuais e futuras;
- examinar todo o desenvolvimento e crescimento a partir do ponto de vista ambiental;
- promover o valor e a necessidade de cooperação a nível local, nacional e internacional, na resolução dos problemas ambientais (UNESCO, 1975).

Na ENEA 2017-2020, é reforçada e incorporada a ideia de que a EA deve se integrar e fazer parte de todas as formas de ensino permitindo, deste modo que, exista um processo educativo que decorra ao longo da vida de um indivíduo. Assim sendo, perceber e compreender as diversas formas de atuação e de dimensão que a EA apresenta torna-se pertinente.

1.3.1. Dimensões da Educação Ambiental

A EA pode apresentar três tipos de forma de atuação ou de dimensão: a Educação Ambiental Formal (EAF), a Educação Ambiental Informal (EAI) e a Educação Ambiental Não-formal (EAN). Estes âmbitos educativos encontram-se em constante interligação e são complementares.

A EAF caracteriza-se, como sendo, um tipo de educação realizado nas instituições de ensino, presente nos seus currículos e programas sendo deste modo, o mecanismo pedagógico principal na formação dos/as cidadão/ãs (ONGD, 2014). O seu objetivo é o de ensino-aprendizagem de conteúdos para a criação e desenvolvimento das “habilidades, competências e criatividade” do aluno, podendo deste modo, conduzir a diplomas e qualificações reconhecidas (Oliveira, 2020, p. 25; ENEA, 2017).

Seguidamente, a EAI é um tipo de educação que se caracteriza pela transmissão de conhecimentos através de “valores, costumes e culturas”, ou seja, ocorre através da socialização do indivíduo no ambiente sociocultural que está inserido. Desta forma, o meio no qual o indivíduo se encontra “inserido influencia o seu processo de ensino-aprendizagem” (Oliveira, 2020, p. 28). Esta forma de atuação da educação traduz-se numa aprendizagem mais ou menos espontânea através do meio em que o indivíduo se encontra e das suas experiências quotidianas. A EAI contrariamente à EAF não é organizada ou sequer orientada para o processo educativo (ENEA, 2017).

Por sua vez, a EAN ocorre fora do contexto institucional de ensino, corresponde a um processo organizado que poderá ser intencional tal como, a EAF mas que, não necessita de currículos e da avaliação das aprendizagens adquiridas, regendo-se sobretudo pela motivação intrínseca dos indivíduos. Segundo Oliveira (2020), este tipo de educação tem como objetivo o desenvolvimento do “autoconhecimento” e a capacidade do indivíduo de se “relacionar com o meio em que está inserido” (p. 25).

Neste sentido, a EAN apresenta um conceito de educação ao longo da vida pois, faz parte de todo o processo educativo de um indivíduo seja qual for a sua idade, tendo um “papel fundamental na construção da cidadania” (Trilla, 1996, como citado em Tristão & Tristão, 2016, p. 52). Portanto, a EAN apresenta-se como um instrumento de construção da cidadania, caracterizada por ser o fruto de “uma experiência individual e uma ação coletiva, ao longo da vida”, permitindo a criação e desenvolvimento de pensamentos e de espírito crítico autónomos (ONGD, 2014, p. 11).

1.4. Educação não-formal – perspetivas de Paulo Freire, Myles Horton e Leonardo Boff

Paulo Freire e Myles Horton foram dois educadores do século XX que utilizaram a educação não-formal e popular como instrumento para a transformação e mudança social. Baseando-se na premissa de que a prática educacional permite realizar a participação popular, onde os

indivíduos podem criar o seu próprio conhecimento e assim alcançarem a “verdadeira libertação” (Freire & Horton, 2003).

Ambos os autores tiveram como foco de atuação a educação de adultos e a educação popular fora do contexto formal de ensino e aprendizagem. Uma das principais características dos métodos pedagógicos de ambos os autores é de que, através de uma educação participativa é possível impulsionar e estimular os sujeitos a serem “capazes de pensar”, ou seja, capacitar os indivíduos a refletirem e exercerem um pensamento crítico, que possibilitará a realização de uma “cidadania real e plena”, como um instrumento de poder de indivíduos oprimidos (Freire & Horton, 2003).

Os autores descobriram formas de alfabetizar baseadas em um conceito de mudança social como é exemplo as Escolas de Cidadania de *Highlander* de Horton e o trabalho inicial de alfabetização em Recife no Brasil por Freire.

A *Highlander Folk School* foi uma escola comunitária fundada por Myles Horton em 1932, um local independente que realizava programas de educação de adultos nas bases comunitárias. A escola propunha a utilização da “educação como um instrumento para implementar uma nova ordem social” onde o principal compromisso segundo Horton, era o de fazer funcional a escola do “ponto de vista do interesse das pessoas e não do nosso (*Highlander*)” com intuito de permitir aos indivíduos através das suas próprias experiências e conhecimentos de uma forma coletiva perceberem que estes como membros do mundo tinham a responsabilidade e oportunidade de transformar e mudar a sociedade na qual estão inseridos. Desta forma, o processo de educação presente, baseava-se no conteúdo e análise do “pensamento daqueles e daquelas que estão envolvidas no processo de educação” (Freire & Horton, 2003, p. 16-18 e 157).

Foi através da *Highlander* que foi criado e desenvolvido as Escolas de Cidadania na década de 50, um dos projetos com maior impacto social nos EUA. As Escolas de Cidadania permitiam fazer face ao problema de segregação no sul nos EUA através do ensinamento da população negra a ler e escrever de forma a que pudessem votar e alcançar um poder político até então negado a analfabetos (Freire & Horton, 2003).

Mais tarde, a *Highlander* passou a designar-se como *Highlander Research and Education Center*, onde as temáticas ainda tem como premissa principal a filosofia da educação como instrumento de poder político. Temas que incluem o abuso do meio ambiente, a pobreza, justiça económica, política, entre outros.

Atualmente a *Highlander* tem um projeto cognominado por “*Economics and Governance*”, onde tem como objetivos o movimento pela democracia, justiça, sustentabilidade em prol do

futuro, com respeito à natureza, com a função de reduzir a dependência do capitalismo racial e da economia de “dominação” em função da transformação social e a criação de uma economia solidária (*Highlander Research and Education Center, 2022*).

Paulo Freire desenvolveu um método de alfabetização através da tomada de consciência por parte dos indivíduos dos seus problemas de forma a estimular a encontrarem a solução aos mesmos. O processo de leitura e escrita era com base nos problemas que o grupos de indivíduos apresentava que permitia criar “temas existenciais” que se tornavam em “palavras geradoras” e assim permitiriam descodificar em sílabas para a construção de novas palavras, deste modo, a discussão dos problemas e a procura de solução para os mesmos era a “motivação política do processo de leitura e escrita”. (Haddad, 2020, p. 309).

Na pedagogia do oprimido de Paulo Freire (1970), o autor refere que os homens, “como seres no mundo e com o mundo”, descobrem que pouco sabem de si mesmos, e que esse aspeto cria e torna-se um problema a si mesmos, “se fazem problema a eles mesmos” (p. 29-30).

O autor crítica a educação formal presente nas escolas, como uma conceção “bancária” em que o educador deposita o conhecimento no educando sem que este desenvolva o próprio conhecimento por si mesmo. Esta falha, faz com que o educando ao não desenvolver uma consciência crítica, não produz uma “inserção no mundo, como transformadores deles”. Esta conceção da educação faz com que exista uma “dicotomia inexistente homens-mundo”, ou seja, os homens ao não apresentarem consciência e um pensar autêntico estão no mundo mas não neste, sendo “homens espetadores e não recriadores do mundo”. (Freire, 1970, p. 60-61).

Para Freire, o processo de transformação social da sociedade tem de ocorrer com a participação das pessoas no próprio processo de educação de forma a permitir produzir o “novo conhecimento” (Freire & Horton, 2003).

Neste sentido, o papel do educador é fundamental para auxiliar o processo de educação dos indivíduos. Segundo Horton o educador deve “ajudar as pessoas a desenvolverem a capacidade de tomar decisões e assumir responsabilidades” e de criarem o seu conhecimento através de eles mesmo. Como refere Freire, “uma das tarefas do educador e educadora é também provocar a descoberta de necessidade que ainda não foi percebida” (Freire & Horton, 2003, p. 133 e 149). Deste modo, tanto educador e educando aprendem novos conhecimentos com a sua inter-relação sendo assim, a autoridade do professor necessária para o desenvolvimento e vivenciar da liberdade por parte dos alunos.

Os métodos pedagógicos e ideologias dos dois autores, permitem compreender o papel de uma educação não-formal e popular, para o desenvolvimento de seres críticos e conscientes do mundo e da sua relação com este. Através dos seus métodos, foi possível perceber a importância

do próprio indivíduo em conjunto coletivo com outros, de compreenderem e encontrarem os problemas que se assemelham a ambos, e que posteriormente será o problema inerente da comunidade em que se encontram, através das suas experiências individuais ou coletivas. Neste sentido, o processo de aprendizagem mediado pelo educador é o de proporcionar aos indivíduos a compreensão por eles mesmo dos problemas existentes e através deles das soluções possíveis para a sua resolução, o educando deve assim vivenciar a liberdade em relação à autoridade do professor.

Desta forma, o indivíduo torna-se um ser que exercita a consciência e o pensamento crítico, tornando-se um ser em relação com o mundo e “não no mundo”, pois este torna-se capaz de influenciar e transformar o mundo em que se encontra, isto é, existir assim a verdadeira libertação e transformação social (Freire, 1970).

Sendo a educação ambiental desenvolvida pelas ONGA uma educação maioritariamente do tipo não-formal, onde como refere Freire e Horton (2003), a organização tem uma meta para a resolução de um problema, neste caso, um problema a nível ambiental, a resolução do problema não será a meta da educação e sim, um processo que possibilita os indivíduos a compreender e descobrir o problema existente.

Estas ideologias permitem perceber a importância da educação não-formal como forma de criar e desenvolver indivíduos críticos na sociedade em que estão inseridos, indivíduos capazes de em conjunto e individualmente perceberem os problemas existentes no mundo e assim, procurarem a solução a estes problemas.

Importa ressaltar a educação e formação de adultos como forma de se educar ou reeducar uma geração que não se encontra mais em ambiente formal de educação e que como membros da comunidade tornam-se seres importantes para a resolução de problemas de cariz social, político e ambiental.

A conceção e perspectiva de Paulo Freire assemelha-se à corrente teológica que surgiu na década de 1960 dentro da Igreja Católica, a Teologia da Libertação.

A Teologia da Libertação, tem segundo Leonardo Boff (2004) como um dos fatores que desenlaçou à sua criação a “indignação ética” face à pobreza e à consciência histórica das desigualdades sociais, culturais, políticas e económicas existentes na época, que desencadeou a necessidade de uma “reformulação” da humanização através do contributo ou inspirações religiosas de forma a que exista uma transformação social e as pessoas sejam libertadas (p. 150).

Como refere o autor, a Teologia da Libertação procura “construir toda a teologia a partir da perspectiva das vítimas para denunciar os mecanismos que as fizeram vítimas e ajudar, com

a bagagem espiritual do cristianismo”, permitindo assim a criação e transformação de uma sociedade mais justa e igualitária (Boff, 2004, p. 150-151).

Semelhante à perspectiva da pedagogia do oprimido de Paulo Freire, a Teologia da Libertação têm a sua centralidade de ação no pobre ou oprimido, sendo o pobre o “lugar epistemológico central” (Boff, 2004, p. 11). Da mesma forma, ambas acreditam e destacam que o ser oprimido provém do meio e do contexto histórico, social e político em que se encontra inserido, que proporciona desigualdade e injustiça social, como tal, o ser oprimido deve apresentar um “posicionamento” no sentido de que somente este é capaz de promover a sua própria libertação (Martins, 2010; Oliveira, 2021).

Entre a Teologia da Libertação e o pensamento de Freire é apresentada a mesma dialética entre opressão e libertação em que só existe a verdadeira libertação através da conscientização do ser oprimido, através do seu “olhar para a realidade” em que se encontra é que se dará a reflexão e ação. Ou seja, só através da participação (práxis) e envolvimento do ser pobre e oprimido é que é possível a verdadeira libertação, este tem de desenvolver uma consciência crítica (reflexão) o que proporcionara a sua ação para a libertação permitindo a transformação da sociedade e a sua humanização. Esta conscientização que levara à ação provém pelo meio da educação e cultura dos indivíduos pobres e oprimidos (Martins, 2010; Oliveira, 2021).

Leonardo Boff é um dos teólogos que relaciona a Teologia da libertação e o discurso ecológico. Em primeira instância, torna-se importante abordar a perspectiva do autor face à ação e o papel do ser humano no mundo e posteriormente o paradigma ecológico ou cosmologia da transformação que propõe.

O ser humano para o autor, é considerado um ser que se encontra “*junto* com as coisas” e não um “*ser sobre* as coisas” como é apresentado na atual estrutura social e cultural. Ou seja, o ser humano encontra-se com os demais seres na Terra não sendo um ser superior a estes, o único aspeto que o difere é a consciência (a função cognitiva) que lhe dá a singularidade (Boff, 2004, p. 16 e 41). Logo, a humanidade e a Terra (um superorganismo vivo) são “*uma única entidade*” na qual todos os elementos estabelecem relações, interações e inter-relações entre si, ao qual, o autor denomina de “inter-retro-relacionamentos” (Boff, 2004, p. 30 e 45).

A ecologia surge como o ramo que estuda os “inter-retro-relacionamentos” de todos os seres com o meio ambiente, como refere o autor, a ecologia “é um saber das relações, interconexões, interdependências e intercâmbios de tudo com tudo”. É através da ecologia que se constrói a nova cosmologia, a cosmogênese, onde nos dá uma “perspetiva diferente da Terra e da funcionalidade do ser humano no processo evolucionário”(Boff, 2004, p. 17, 65 e 148).

Na concepção do autor, face à crise ecológica atual, consequência do paradigma civilizacional presente torna-se necessária o romper desta forma de organização para um novo paradigma. Este novo paradigma, emerge como uma “nova forma de dialogação com a totalidade dos seres e de suas relações”, onde é destacado as emoções e a sensibilidade humana para com o desenvolvimento do planeta e a sua evolução, em destaque que o ser humano se encontra com todos os elementos da Terra e não como o paradigma atual o coloca, como um ser superior aos demais seres (vivos e não-vivos) (Boff, 2004, p. 27).

As características mais significativas deste novo paradigma, são: que todos os seres estão e são interligados e re-ligados entre si; que todos os seres tem o mesmo destino comum e portanto, existe o bem comum a todos; e que o ser humano apresenta e possui uma singularidade como ser cognitivo e como tal, uma responsabilidade para com o bem comum a todos.

Desta forma, este novo paradigma ecológico emerge de um novo “modo de ser, de sentir, de pensar, de valorar, de agir, de rezar” (Boff, 2004, p. 28). Para que o paradigma ecológico proemine é necessário que ocorram transformações culturais, sociais, espirituais, religiosas, económicas e políticas na sociedade, onde prevaleça o cuidado que cada ser humano enquanto indivíduo e coletivo deve ter para com a Terra.

Neste sentido, Leonardo Boff (2004), apresenta duas constatações: “o ser mais ameaçado da natureza hoje é o pobre” e que as “espécies de vida correm semelhante ameaça”, ou seja, tanto pobres como os problemas no meio ambiente são resultado dos mesmo fatores, do antropocentrismo e da crise ecológica gerada e provocada pelo ser humano (p. 14).

Assim sendo, a Teologia da Libertação aparece como uma corrente de apoio aos “refêns” do atual paradigma, os pobres e oprimidos, o autor destaca que não só os pobre e oprimidos devem ser libertados, todos os demais seres humanos devem-no ser também (Boff, 2004, p. 12).

Leonado Boff (2004), declara que a Teologia da Libertação e o discurso ecológico apresentam como comum que ambas “partem de duas chagas que sangram”. Uma da pobreza e opressão proveniente da sociedade e cultura presente e o outro da “agressão sistemática à Terra”. Como tal, ambas surgem pela necessidade de um “grito” por liberdade , a Teologia da libertação do “grito dos pobre por vida, liberdade e beleza” em que só eles mesmo se podem libertar e a ecologia do “grito da Terra que geme sob a opressão” onde necessita de um novo relacionamento com o ser humano que permita o desenvolvimento e evolução sustentável, em visa ao bem comum (p. 146).

Em suma, só alcançando a justiça e igualdade social é que posteriormente se pode cogitar a justiça ecológica possível, entre a relação dos seres humanos para com a natureza. Deste modo, articulando os dois gritos se pode alcançar a verdadeira libertação dos pobres e oprimidos

e da natureza. Surge assim a característica principal do novo paradigma proposto pelo autor o “fim das relações de exploração em relação à natureza e aos seres humanos” (Boff, 2004, p. 156).

Face à crise ecológica e à globalização atual, o novo paradigma para se tornar vigente apresenta um desafio pedagógico, de conscientizar o ser humano como um ser com “valor supremo e global” de salvar a Terra, este deve ser capaz de “introduzir em todas as instâncias da existência, da sociedade, da família, dos meios de comunicação e das instituições educativas para gerar” um novo ser humano “solidários cosmicamente e sintonizados com a direção global do processo evolutivo” é necessário no novo paradigma uma nova educação e ética. (Boff, 2004, p. 165 e 170).

Só através do processo de educação é possível redefinir as relações que o ser humano tem com a natureza e a sociedade, através deste processo resultará a sustentabilidade e a transformação da ética e responsabilidade com o presente e o futuro da Terra e a humanidade (Boff, 2017). Esta ética e responsabilidade vai culminar com o paradigma do cuidado que será como Gonçalves (2015) refere a “chave ecológica e pedagógica frente ao fenômeno da globalização”, o cuidado para com o meio ambiente, a sociedade e a sensibilização e consciência que somos seres de relações.

Portanto a educação e ação pedagógica surgem como forma de ensinar e reeducar o ser humano o “satã da Terra”, para ser o “anjo da guarda”, um indivíduo capaz de proteger e assegurar a sustentabilidade do presente e do futuro e assim o bem comum (Boff, 2004, p. 155).

1.5. Educação Ambiental Formal – Sistema educativo português

A ENED 2022 destaca o reforço da integração da ED no sistema educativo, onde menciona a sua incorporação “nos vários níveis e ciclos de educação, ensino e formação (...) a sua integração ao nível curricular e, (...) a adoção de abordagem escolar integrada que envolva a comunidade educativa de forma ampla e estrutural” (p. 3200).

Por sua vez, a ENEA 2020, referiu os estabelecimentos de ensino como “os principais espaços físicos disponíveis para lançar e desenvolver ações, projetos e programas de EA”, sendo locais com condições privilegiadas para o desenvolvimento de atividades de EA (p. 3543). Como refere o Referencial de EAS (Educação Ambiental para a Sustentabilidade) esta estratégia resultante do compromisso entre os Ministérios da Educação e do Ambiente, “deverá conduzir a uma mudança de paradigma, que se traduza em modelos de conduta sustentáveis em todas as dimensões da atividade humana” (DGE, 2018, p. 6).

Neste sentido, compreender como o sistema educativo português aborda e incorpora ações de EA torna-se fundamental para compreender o papel das ONGA em apoiar e contribuir para a disseminação da EA nos sistemas educativos portugueses através da educação formal. Bem como, o papel da EAF para a formação individual e incorporação no futuro do indivíduo em ações EAN.

Em 1996 foi realizado o Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Educação e Ministério do Ambiente, onde visou ser um instrumento de promoção de EA em Portugal, destacando a colaboração na integração da EA no sistema de ensino. Neste acordo de cooperação entre os dois ministérios ressalta as seguintes ações: a criação de uma estratégia para a introdução das bases científicas da temática ambiental nos diversos currículos de ensino, apoiar o desenvolvimento de projetos nas escolas, promover a formação científico/pedagógica dos professores e promover a criação de uma Rede Nacional de Escolas, na área e domínio da EA (Ministério da Educação e Ministério do Ambiente, 1996).

Posteriormente em 2005, houve a renovação do protocolo, onde foi feito o reforço do envolvimento dos dois ministérios para a disseminação da EA nos diversos sistemas de ensino, destacando o protocolo de cooperação como um instrumento de promoção da EAS. Como é possível verificar na primeira cláusula do protocolo, onde refere que ambos os ministérios “comprometem-se a colaborar a nível técnico, científico, pedagógico, financeiro e logístico, através da disponibilização de recursos humanos, financeiros e pedagógicos e o envolvimento dos seus serviços centrais e desconcentrados, no sentido da promoção e da execução da EA para a sustentabilidade nos sistemas de ensino” (Ministério da Educação e Ministério do Ambiente, 2005, p. 2).

A destacar das ações do protocolo o continuo incentivar da EAS, a educação inicial e contínua de professores educadores no âmbito de programas de formação científico/pedagógica, bem como, o apoio à “realização e a promoção de projetos de EAS de reconhecido mérito, que sejam desenvolvidos por ONG e que contribuam para a realização de qualquer dos objetivos identificados” nas restantes ações do protocolo (Ministério da Educação e Ministério do Ambiente, 2005, p. 2 e 3)

Como refere a APA (2022), destes protocolos resultou a criação da “Rede de Professores Coordenadores de Projetos de EA”, desta rede de professores resultam docentes com formação e competências técnico-pedagógicas para a criação, desenvolvimento e dinamização de projetos de EAS. Estes projetos podem resultar no seu desenvolvimento em articulação com ONGA ou com equipamentos de apoio à EA que sejam disponibilizados por escolas e ONG. Esta rede de professores permite não só o contínuo desenvolvimento de EAF nos estabelecimentos de ensino como proporciona a criação de agentes que promovem a disseminação da EAN ao nível social.

Atualmente, e graças à Reorganização Curricular do Ensino Básico em 2001 e da Reforma do Ensino Secundário em 2004, os diversos currículos escolares dos diferentes níveis de ensino, vieram a ter exibida a disciplina “Cidadania e Desenvolvimento”, como obrigatória para todos os níveis e ciclos de escolaridade. Esta componente curricular tem o intuito de desenvolver (nos discentes) competências diversas para o exercício da cidadania democrática, tendo a escola o papel e desafio de assegurar a preparação dos alunos para o desenvolvimento cívico equilibrado, sendo referida como “Educação para a Cidadania”. Os professores apresentam assim a missão de preparar os alunos para a vida, para serem cidadão democráticos, participativos e humanistas (DGE, 2017, 2018).

Neste sentido, no conjunto de grupos de temas a serem abordados nesta componente curricular, o desenvolvimento sustentável e a EA encontram-se no primeiro grupo de domínios da “Educação para a Cidadania” enquadrando-se como obrigatoriedade para todos os níveis e ciclos de escolaridade (porque se trata de áreas transversais e longitudinais) (DGE, 2017).

De forma, a que as várias temáticas a serem abordadas na “Cidadania e Desenvolvimento”, bem como, os restantes domínios curriculares sejam alcançadas, a DGE (Direção-Geral de Educação), desenvolveu um conjunto de referenciais que se caracterizam por serem documentos com caráter de orientadores para as várias dimensões de cidadania.

Dos referenciais elaborados é de se destacar o Referencial de EAS, um documento que pretende orientar o professor dos temas, objetivos e resultados de aprendizagem que devem ser alcançados pelo aluno ao nível da EAS no seu desenvolvimento pessoal e social. Deste modo, o Referencial de EAS é o documento curricular do sistema de ensino de referência a nível de EA.

Além disso, no “Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória”, um documento que especifica os princípios, visão, valores e áreas de competências da ação educativa que os alunos devem alcançar no final da escolaridade obrigatória (12ºano), sendo assim um documento que apresenta a missão de todo o sistema educativo. É também um referencial para todo o sistema de ensino de forma a perceber quais as tomadas de decisão que atores educativos e organismos de políticas educativas devem se guiar, como tal, todas as decisões curriculares são em prol do perfil que se pretende que o aluno alcança à saída da escolaridade obrigatória (DGE, 2017b).

No documento é apresentado oito princípios de atuação sendo a Sustentabilidade um deles e o ambiente uma das 10 áreas de competência.

A Sustentabilidade como princípio orientador pretende que a escola proporcione a consciência de sustentabilidade ao aluno, referindo a relação que os sistemas sociais, económicos e tecnológicos e o Sistema Terra apresentam, pretendendo criar um perfil em que o aluno compreenda esta relação e o equilíbrio necessário para uma sociedade justa e equilibrada. (DGE, 2017b).

Nas competências relacionadas com o ambiente, destaca-se o desenvolvimento da compreensão dos “equilíbrios e as fragilidades do mundo natural na adoção de comportamentos que respondam aos grandes desafios globais do ambiente”, bem como, a promoção da consciência e responsabilidade a nível ambiental como fundamental para o bem comum a todos (DGE, 2017b, p. 27).

Em suma, o “Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória”, pretende ser um guia orientador do desenvolvimento de valores e competência que o aluno deverá alcançar que contribuam para que ao longo da vida responda aos desafios e evolução da sociedade a nível social, económico e ambiental.

Do conjunto de projetos realizados nas escolas em prol da EAS ressalta-se, o programa “Eco-Escolas” desenvolvido pela ABAE (Associação Bandeira Azul da Europa), uma ONGA dedicada à EAS parte integrante da FEE (*Foundation for Environmental Education*) que agrupa entidades internacionais em prol da EAS em mais de 60 países (ABAE, 2022).

O programa “Eco-Escolas” é desenvolvido em Portugal desde 1996 onde participam mais de 1500 escolas e 650.000 estudantes. Pretende como objetivo “encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola, no âmbito da EAS”. As escolas que se inscrevem no programa adquirem a metodologia, formações e materiais pedagógicos de apoio às escolas para o desenvolvimento da EAS. Dos objetivos gerais do programa sobressai: aumentar o conhecimento de EA e EDS (Educação para o Desenvolvimento Sustentável) na educação formal, não formal e informal, contribuir para a concretização dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), melhorar a gestão ambiental da escola e o envolvimento dos alunos permitindo assim o progresso da literacia ambiental (ABAE, 2018).

As ONGA surgem assim como principais entidades de apoio nos sistemas de ensino na promoção e desenvolvimento de agentes educativos, projetos e atividades de EAF como os principais agentes na disseminação da EA no sistema de ensino português.

Convém ressaltar que até 1996 a nível escolar não existia qualquer tipo de protocolo ou disciplina curricular específica que tivesse como parâmetros a EA ou EAS como temáticas. Posto isto, supondo a escolaridade obrigatória atual de 12 anos, antes de 1996 em 1984, existiu cerca de 2.026.280 milhões de indivíduos segundo a FFMS (2022c), que atualmente (considerando a contínua frequência escolar sem interrupção) não tiveram qualquer contacto nas escolas com a EAS e portanto, não tiveram contacto com uma EAF direta.

Considerando ainda do total de população residente em Portugal em 2021 com idade entre os 16 e 89 anos, cerca de 3,8% não tinha qualquer nível de escolaridade (FFMS, 2022e). Ainda de ressaltar, os dados da FFMS (2022e) de 2011 em que cerca de 5,2% da população portuguesa era analfabeta.

Estes dados revelam que existe um conjunto de indivíduos que não tiveram contacto com EAF e portanto, sem o contributo de outras organizações para além do sistema de ensino para a formação ao longo da vida de indivíduos, estes não obtém conhecimento e competências de EAS. Como indivíduos com responsabilidade social, económica e ambiental torna-se necessário o desenvolvimento e consciência crítica face aos problemas da atualidade e da sociedade onde o mesmo se encontra.

Deste modo, as ONGA aparecem como as principais entidades de apoio à educação e formação ao longo da vida em temáticas de EAS para indivíduos que não tenham tido contacto com EAS nos sistemas de ensino que frequentaram ou para o contínuo desenvolvimento (educação e formação ao longo da vida) de competências e conhecimento sobre o tema.

1.5.1. Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022

Torna-se relevante ressaltar a nível nacional a Estratégia de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 (ENED), bem como, a Estratégia de Educação Ambiental 2017-2020 (ENEA).

A primeira, destaca-se por ir de encontro a ODS nº4 (Meta 4.7), referente à educação, onde pretende atuar de forma a garantir os conhecimentos e habilidades necessárias aos indivíduos (aprendentes) para promover por meio da educação e contribuição da cultura o desenvolvimento sustentável, promovendo um mundo mais inclusivo, pacífico, justo e sustentável, debruçando-se sobre a desigualdades e a degradação ambiental (UNESCO, 2017; ENED, 2018).

As instituições que fazem parte e estão envolvidas no processo de elaboração da ENED 2022, são a APA, como instituição pública e a Plataforma Portuguesa das ONGD, onde resulta o compromisso político das OSC (ENED, 2018).

Esta estratégia apresenta pilares assentes no ambiente, económico e social, centrando-se na ED como “processo de aprendizagem ao longo da vida, comprometido com a formação integral das pessoas, o desenvolvimento do pensamento crítico e eticamente informado, e com a participação cidadã”, visando uma cidadania global responsável. Neste sentido, o objetivo da ED de acordo com a ENED 2022, é o de promover a “transformação social no sentido da prevenção e do combate às desigualdades” nos diferentes pilares como é o caso da sustentabilidade . O processo educativo da ED desenvolve-se e compreende a educação formal, não formal e informal (ENED, 2018, p. 3197).

A ENED 2022, apresenta e identifica como princípios de ação: a coerência, cooperação, corresponsabilidade, equidade, igualdade, não discriminação, participação e solidariedade (ENED, 2018).

Por conseguinte, os objetivos estratégicos da ENED 2022 são:

1. Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED;
2. Alargar o alcance e a qualidade da intervenção;
 - 2.1. Fortalecimento da ED nos contextos de Educação não formal;
3. Afirmar o compromisso político;
4. Afirmar a importância de promover a transversalização da ED;
5. Consolidar a implementação da ENED (p. 3199-3202).

Esta estratégia vai de encontro à Estratégia da CEE/ONU para a EDS, desenvolvida pela UNESCO (2005), no qual: a educação é vista como forma de atingir o desenvolvimento sustentável através de um processo de aprendizagem permanente. A sua finalidade remete para incentivar os Estados membros da CEE/ONU para integrar a EDS nas diversos tipos de ensino, formal, não formal e informal. Sendo assim, um dos objetivos desta estratégia é a promoção do desenvolvimento sustentável através dos diferentes tipos de educação. Um dos principais atores para o desenvolvimento e promoção de EDS, bem como, a sensibilização do público para o desenvolvimento sustentável, são as ONG. Entidades que permitem assim, promover a responsabilidade civil (UNESCO, 2005; UNESCO, 2017).

Segundo a UNESCO (2017) a EDS, é uma “educação holística e transformadora”, que permite criar contextos de ensino e aprendizagem, onde requer uma pedagogia transformadora orientada para a ação, que apoie a autoaprendizagem, a participação e a colaboração, tornando assim, possível o desenvolvimento das principais competências necessárias para promover o desenvolvimento sustentável (p. 7).

1.5.2. Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2017-2020

A ENEA 2020 referente ao período compreendido entre 2017-2020, pretendeu “estabelecer um compromisso colaborativo, estratégico e de coesão na construção da literacia ambiental em Portugal” através de uma “cidadania inclusiva” e da promoção da responsabilidade da sociedade civil que, permitisse a “mudança de paradigma civilizacional” (ENEA, 2017, p. 3533).

Esta estratégia visou se enquadrar e garantir os “compromissos nacionais e internacionais assumidos por Portugal no domínio da sustentabilidade”, a sua promoção e supervisão ficou ao encargo da APA em articulação com a DGE (ENEA, 2017, p. 3538).

A importância desta estratégia como o “compromisso de toda a sociedade pela urgência que se impõe na mudança de paradigma civilizacional e na alteração de comportamentos” para o desenvolvimento sustentável e a consciência dos problemas ambientais (ENEA, 2017, p. 3534).

A ENEA 2020 pretendeu ser incorporada e fazer parcerias em escolas, no poder local, nas ONGA e outras entidade de âmbito local e regional de forma a promover e desenvolver atividades e projetos em prol da EA (ENEA, 2017).

Deste modo, a ENEA 2020 apresenta três eixos temáticos como os três pilares essenciais da estratégia: “Descarbonizar a sociedade”, “Tornar a economia circular” e “Valorizar o território”.

Neste sentido, foi apresentado um conjunto de 16 medidas e ações enquadradas nos três objetivos estratégicos, que devem envolver os diversos promotores de EA, sendo deste modo, a promoção e desenvolvimento de uma: *EA mais transversal*, onde haja o acompanhamento e avaliação da EA, a cooperação interministerial e os incentivos à difusão de EqEA; a uma *EA mais aberta*, que promova o envolvimento dos cidadãos, a valorização do voluntariado ambiental, a valorização curricular da participação em ações de EA, a dinamização de programas e atividade de EA, entre outros fatores; e por último, uma *EA mais participativa*, na promoção da participação pública e iniciativas de reflexão e debate (ENEA, 2017).

Por conseguinte, a ENEA 2020, apresenta como princípios orientadores: educar tendo em conta a experiência internacional e nacional, educar para a capacitação da sociedade face aos desafios ambientais, para a sustentabilidade e cidadania interveniente (ENEA, 2017).

No período de Participação Pública para a construção da ENEA 2020, das 49 entidades e particulares que participaram, 10 eram ONGA e equiparadas. Posteriormente na Consulta Pública das 35 exposições recebidas 8 eram de ONGA e equiparadas. Esta participação destaca a pertinência da discussão pública na criação e construção da ENEA 2020 (APA, 2021).

Através do relatório executado em 2021 do acompanhamento e avaliação da ENEA 2020 foi possível constatar:

- Das 17 ODS, a ENEA 2020 esteve relacionada a 8;
- Dos 10 avisos realizados entre 2017 e 2020, abrangendo os diferentes temas ambientais e integrando os três eixos temáticos, foi obtido no total 883 candidaturas das quais foram financiadas 167 que “garantiram uma diversidade de projetos/iniciativas de EA em todo o território”.
- Das 16 medidas, enquadradas pelos objetivos estratégicos apenas 5 não estiveram diretamente presentes ao longo dos 10 aviso publicados entre 2017-2020;
- Das 167 candidaturas aprovadas, as ONGA têm destaque com 27,5% de projetos financiados;
- Das 167 candidaturas aprovadas as ONGA foram as que obtiveram mais financiamento, compreendendo 46 organizações (APA, 2021).

Por fim, para a realização da avaliação e acompanhamento da ENEA 2020 foi realizado um inquérito, onde a amostra foi constituída por 494 respondentes, tendo as ONGA sido enquadradas em 9,5% dos inqueridos. Dos resultados obtidos, convém ressaltar:

- A primeira vez que o inquerido ouviu falar em EA, 4,9% dos inqueridos referem que foi em ONGA;
- 75,3% do inquiridos afirmou conhecer a ENEA 2020 ou ouvir falar;
- 23,7% dos inquiridos participou em projetos da ENEA 2020;

Em suma, a ENEA 2020, pretendeu ser um “instrumento de mudanças de práticas sociais e de alteração de comportamentos individuais e coletivos com vista à sustentabilidade ambiental do país” (ENEA, 2017, p. 3545).

1.6. Correntes de Educação Ambiental

Nesta perspetiva, a EA apresenta um conjunto de diversas correntes, tipologias, concepções ou vertentes de pensamento que foram adotadas aos longos dos anos, “propondo diversas maneiras de conceber e de praticar a ação educativa neste campo” (Fernandes, 2008, p. 91-92).

Uma corrente de EA é uma forma de “conceber e de praticar a EA”, pode a uma corrente ser integrada uma variedade de proposições. E a estas proposições pode corresponder a duas ou três correntes diferentes. Cada corrente de EA apresenta um conjunto de características específicas que as distingue em si, contudo, diversas correntes podem partilhar características em comum (Sauvé, 2005, p. 17-18).

Assim sendo, Lucie Sauvé (2005) é a autora que se debruçou por criar uma cartografia das correntes de EA, em função da observação de práticas e teorias em diferentes países. Destacou em cada uma das correntes a concepção dominante do meio ambiente (focada na natureza, na transformação social, como fonte de recursos naturais), a intenção e visão central da EA, os enfoques privilegiados (que orientam a escolha das atividades) e exemplos de estratégias ou de modelos que ilustram a corrente em análise, ou seja, as abordagens e estratégias na prática de EA (Pinto, 2018).

No quadro 1, no Anexo I, é apresentado todos estes aspetos, bem como, as características principais, objetivo de EA e o tipo de relação de cada corrente.

A autora, reforça que o trabalho que desempenhou foi desenvolvido num contexto cultural norte-americano e europeu, não integrando suficientemente os trabalhos de educadores da América Latina. Para além deste aspeto, destacou a necessidade de ser identificado as vantagens e as limitações de cada corrente, bem como, de esta cartografia ser uma proposta teórica que deverá ser objeto de discussão (Sauvé, 2005).

Deste modo, segundo Sauvé (2005) na cartografia de correntes de EA que a mesma elabora, fazem no seu conjunto quinze correntes de EA, dividindo as mesmas em dois grupos:

Correntes antigas de EA:

- Corrente naturalista;
- Corrente conservacionista/recursista;
- Corrente resolutiva;
- Corrente sistêmica;
- Corrente científica;
- Corrente humanista;
- Corrente moral/ética;

Correntes mais recentes de EA:

- Corrente holística;
- Corrente biorregionalista;
- Corrente praxica;
- Corrente crítica;
- Corrente feminista;
- Corrente etnográfica;
- Corrente da eco-educação;
- Corrente da sustentabilidade.

Segundo Pinto (2018), o primeiro grupo de correntes enquadra-se no grupo de EA convencionais, por se desenvolverem e trabalharem com o “conhecimento, solução de problemas e a conservação dos recursos naturais”, foram dominantes nas primeiras décadas de EA (os anos de 1970 e 1980). Por sua vez, o segundo grupo de correntes de EA, “apresentam características divergentes no foco conceção EA”, ao qual, fazem parte correntes ligadas à transformação social como a temáticas distintas (p. 36).

Das correntes denominadas com uma longa tradição em EA convém ressaltar a corrente conservacionista/recursista, a resolutiva, a humanista e a moral/ética.

A primeira, apresenta uma relação entre a natureza como recurso e como tal, a sua principal proposição é a conservação dos recursos naturais. Deste modo, é necessário adotar uma consciência para a conservação e preservação destes recursos naturais, tanto em quantidade como na qualidade dos mesmos, destaca-se assim, a conscientização para a gestão ambiental através de uma “educação para a conservação” através de comportamentos que podem ser individuais como coletivos em sociedade (Sauvé, 2005).

Neste sentido, a EA conservacionista como citado em Fernandes (2008), apresenta como principais características “o ambiente original, o nosso património biofísico coletivo de sustento da qualidade de vida” sendo o seu objetivo a adoção de “comportamentos de conservação” e de “desenvolver capacidade relativas à gestão” (p. 93). Esta corrente apresentou-se dominante até à década de 1990.

Comparativamente, a corrente resolutiva, apresenta um progresso em relação à conservacionista. Enquanto a primeira, se desenvolve em torno de conscientizar para conservar os recursos, a resolutiva, pretende “informar ou de levar as pessoas a se informarem sobre problemáticas ambientais”, ou seja, pretende desenvolver capacidades e modificar comportamentos aos indivíduos para que os mesmo possam resolver eventuais problemas ambientais. Através da análise de uma situação problema o indivíduo encontra as ferramentas necessárias à sua resolução (do diagnóstico à ação) (Sauvé, 2005).

Seguidamente a corrente humanista, caracteriza-se por destacar a dimensão humana do meio ambiente, isto é, o meio ambiente é visto como o meio que apresenta diferentes dimensões (históricas, culturais, políticas, económicas, entre outros) e como tal, desenvolve um sentimento de pertença, onde meio ambiente corresponde a um meio de vida não só como meio que nos permite adquirir recursos mas, como um meio igualmente cultural (Sauvé, 2005).

Por último a corrente moral/ética, destaca que a relação que o indivíduo tem para com o meio natural tem uma ordem ética, ou seja, é necessário desenvolver um conjunto de valores ambientais que vão permitir a criação de um “código de comportamento” na relação que o indivíduo deve ter para com a natureza (Sauvé, 2005).

Das correntes denominadas como mais recente em EA ressalta a corrente praxica e a corrente crítica.

A primeira, a aprendizagem de EA realiza-se “*na ação, pela ação e para a melhora desta*”, decorre da ação e da prática do indivíduo, promovendo o desenvolver de competências de reflexão na ação. Para tal, o indivíduo encontra-se participativo na sua reflexão através da ação no meio (projeto educativo) (Sauvé, 2002, p. 317).

Por fim, a corrente crítica, tem como objetivo a transformação da causa dos problemas, segundo Sauvé (2005) esta corrente apresenta-se como associada   crítica social, ou seja,   necessária a análise das dinâmicas sociais que se encontram em grande parte como a base dos problemas ambientais.

Por outras palavras, como citado em Fernandes (2008), a corrente crítica   apresentada como uma corrente ambiental para o projeto comunitário como objetivo de transforma o, diferente da corrente conservacionista que apresenta uma conce o ligada ao recurso existente. Deste modo, a corrente crítica, tem como principais características “o meio de vida partilhado; foco da análise socialmente crítica; uma preocupa o e participa o política e sociológica com a comunidade”, apresentado como objetivos “desconstruir as realidades socioambientais visando transformar o que causa os problemas” (p. 93).

Destaca-se pela “participa o dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental” ( nfase na participa o coletiva) permitindo que a a o educativa seja orientada para a “transforma o das estruturas econ micas, políticas e sociais”, ou seja, “apresenta a necessidade do fortalecimento da sociedade civil na busca coletiva de transforma es sociais”. A conce o crítica aparece como responsabilidade das diferentes instâncias (sociedade civil, governo, ONG) (Silva e Campina, 2011, p. 34).

Por outras palavras, a EA crítica   uma educa o com vista   transmissão de conhecimentos, de forma a criar indivíduos “responsáveis ambientalmente, de modo que se comprometam social, histórico e politicamente a construir sociedades sustentáveis” tornando-se um indivíduo ecológico ou sujeito ecológico (Santos e Toshi, 2015, p. 247).

Na conce o de Sauvé (2005), “esta sistematiza o das correntes torna-se uma ferramenta de análise a serviço da explora o da diversidade de proposi es pedagógicas”. Ou seja, as diferentes correntes e as suas diferentes características devem ser usadas e adaptadas consoante o contexto que estão a ser inseridas, isto  , as diferentes abordagens de EA devem ser utilizadas pelos educadores, formadores e organiza es conforme o público e o contexto sociocultural que estão inseridos, de forma, a corresponder as diversas correntes de EA ao público-alvo em questão (Sauvé, 2005, p. 17-18; Fernandes, 2008; Pinto, 2018).

Em suma, as “diferentes proposi es e ideias não se excluem entre si, sendo importante os educadores explorarem e interligarem as diferentes correntes”, permitindo, a mistura de diferentes representa es e estratégias de ensino/aprendizagem nas diversas atividades, projetos e a es educativas (Fernandes, 2008, p. 92).

Neste sentido, uma ONGA deve ser capaz de interpretar e conhecer as diferentes correntes de EA de forma, a permitir incorporar as diferentes abordagens e características das várias correntes em prol de atividades e projetos de EA. Deste modo, a cartografia de corrente de EA permite predispor as principais estratégias de ação de EA, o que se torna um meio facilitador para a criação de modelos de intervenção ou programas de EA.

CAPÍTULO 2

Objetivos de pesquisa

2.1. Pergunta de partida e objetivos de pesquisa

O estudo desta dissertação pretendeu entender e compreender o papel das ONGA e o contributo das mesmas para a ENF em Portugal, ou seja, qual o envolvimento das ONGA em iniciativas de EAN em Portugal. Para tal, a pergunta de partida da investigação é “Qual(ais) a(s) corrente(s) de EA mais utiliza(s) pelas ONGA portuguesas” que irá permitir perceber a metodologia de aprendizagem, os enfoques educativos e a conceção do meio ambiente na ação de EA desenvolvida.

Neste sentido, para responder à pergunta de partida foi desenvolvido um conjunto de objetivos de pesquisa. Estes passaram por tentar identificar :

- quantas ONGA portuguesas tem a atividade (segundo a RNOE) de “Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável”;
- perceber do conjunto de ONGA portuguesas aquelas que realizam e tem presente atividades, projetos e ações de EA na organização;
- qual(ais) o(s) público-alvo de atuação das atividades e projetos de EA das ONGA;
- compreender qual a faixa etária onde é mais e menos desenvolvido atividades de EA pelas ONGA;
- perceber se existe ou não algum método pedagógico de EA pré definido pelas ONGA para a realização das atividades, projetos e ações de EA;
- qual a corrente ou correntes de EA mais e menos utilizada pelas ONGA portuguesas;
- perceber se as correntes de EA são correntes designadas como antigas ou recentes de acordo com Sauvé (2005);
- perceber quais as características ou objetivos que melhor definem ou se associam às atividades e projetos de EA realizados pelas ONGA;
- compreender qual o enfoque educativo das atividades e projetos de EA realizados pelas ONGA;
- compreender a relevância da ENEA 2017-2020 para as ONGA portuguesas;
- compreender a relevância da ENED 2018-2022 para as ONGA portuguesas.

Todos estes objetivos de pesquisa quando alcançados e respondidos pretendem ser uma mais valia e contributo para a literacia académica e ambiental.

CAPÍTULO 3

Método

3.1. Amostra, Instrumento e Procedimento

Para responder às minhas questões de pesquisa e à minha pergunta de investigação e objetivos relacionados optei pela realização de um inquérito (Anexo II) às ONGA portuguesas como técnica de recolha de dados. Como tal, o estudo tem uma metodologia quantitativa que me permitiu alcançar o maior número de ONGA portuguesas, através do método de seleção da amostra probabilística aleatória, onde todos os elementos da população (ONGA portuguesas) tem a mesma probabilidade de pertencer à amostra.

Deste modo, através do registo de ONGA¹ e equiparadas disponibilizado pela APA (2022), foi procedido ao contacto com a população de ONGA portuguesas no mês de agosto de 2022. Do conjunto de 92 ONGA foi possível alcançar um amostra significativa de 73 ONGA que responderam ao inquérito (Anexo III, Quadro 2).

O procedimento para o contacto das ONGA realizou-se através de e-mails presentes na listagem disponibilizada na APA (2022) consultada nos meses de junho e julho de 2022. O inquérito foi realizado *online* através da plataforma de pesquisa *Qualtrics Survey Software* (2022).

Desta forma, a amostra revelou-se significativa com uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de aproximadamente 95% (Raosoft, 2022).

Neste sentido, o inquérito foi escolhido como a forma de alcançar o maior número de ONGA, com uma duração estimada de 8 minutos para a sua realização o mesmo foi composto por questões abertas e fechadas de forma a permitir alcançar as repostas aos objetivos de investigação do estudo.

Após a recolha de dados, as análises estatísticas foram realizadas recorrendo ao *software* IBM SPSS *Statistics* 28.

¹ Registo presente no site oficial da APA (2022) no documento “Lista das ONGA e Equiparadas – Actual” onde foi possível encontra a listagem de ONGA presentes e os seus contactos.

CAPÍTULO 4

Resultados

4.1. Resultados das análises estatísticas

Como já referido anteriormente o conjunto de ONGA portuguesas que aceitou responder ao questionário foi de 73 organizações (Anexo III, Quadro 2). Como é possível verificar no gráfico 1, do conjunto total de ONGA inqueridas a sua maioria, encontra-se presente na região de Lisboa (área metropolitana de Lisboa) com cerca de 33,3% de ONGA, seguida pelo centro com 22,2% e pelo Algarve com 19,4% de ONGA, sendo em menor número nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, com 1,4% (Anexo III, Quadro 3).

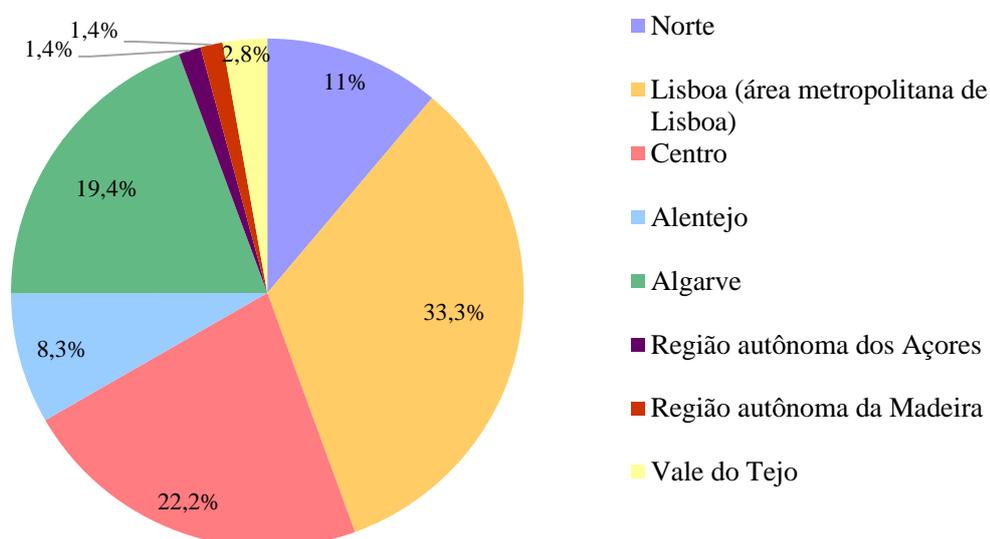


Gráfico 1 – Percentagem de ONGA por região em Portugal.

Relativamente ao âmbito de atuação das ONGA (segundo o RNOE), do conjunto de respostas dadas cerca de 25,7% são do âmbito de “Equiparada a ONGA”, com a mesma percentagem o âmbito de atuação “Nacional” seguida, pelo “Regional” com 21,4%, o “Local” com 20% e por último, as ONGA sem âmbito com 10% (Anexo III, Quadro 4).

Como é possível verificar no gráfico 2, em relação à percentagem de casos de resposta ao âmbito de atuação em função da região de atuação da ONGA, é possível verificar a existência de um maior número de ONGA com âmbito de “Equiparadas a ONGA” e “Nacional” na região de Lisboa, no âmbito “Regional” e “Local” na região centro e o maior número de ONGA “Sem âmbito” na região do algarve. De ressaltar a única ONGA presente nos Açores é de âmbito regional e a única ONGA da Madeira de âmbito Local (Anexo III, Quadro 16).

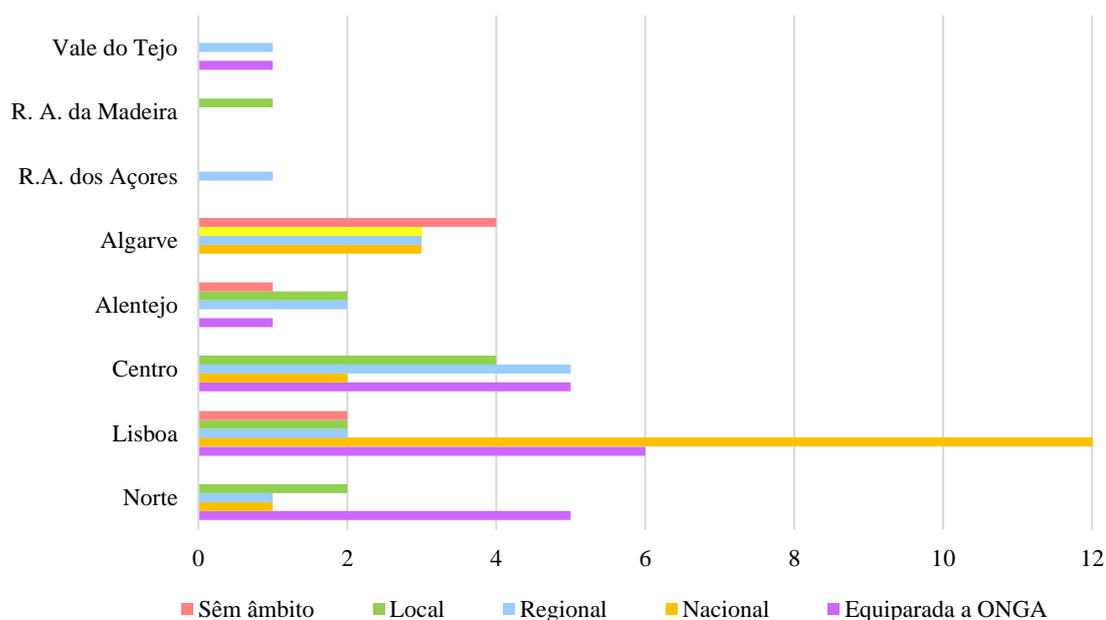


Gráfico 2 –Número de ONGA por região em função do âmbito de atuação.

Seguidamente do conjunto de respostas à questão sobre “Qual(ais) a(s) Atividade(s) da sua ONGA de acordo com o RNOE”, existem mais ONGA com atividades de “Conservação da Natureza e da Biodiversidade” e de “Proteção do Ambiente”, tendo tido cada uma 46,3% de respostas dadas. A atividade de “Modos ativos de mobilidade” foi a que representou o menor número de respostas, com 6%. De ressaltar, a atividade em “Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável” com 41,8% de respostas selecionadas² (Anexo III, Quadro 5).

² Como está questão se trata de uma pergunta com múltiplas respostas para a sua análise foi necessário a codificação do conjunto de variáveis de resposta à questão, deste modo, a percentagem de respostas poderá não ter um total de 100% como é possível verificar em Anexo III e na sua interpretação. O mesmo ira acontecer para as restantes questões de múltiplas respostas (questões 2, 3, 5, 9, 10, 13 e 14 do inquérito presente no Anexo III).

Quando questionadas sobre a realização de atividades e projetos de EA pelas ONGA, 89,6% respondeu que realizam ou têm presentes atividade ou projetos de EA (Anexo III, Quadro 6). É de ressaltar, das ONGA inquiridas presentes na região Norte, Alentejo, Região Autónoma dos Açores e da Madeira do país, todas desenvolvem e realizam atividades e projetos de EA, ou seja, não existe nenhuma ONGA inquirida nestas regiões que não desenvolve atividades ou projetos de EA. Na região de Lisboa cerca de 13,6% das ONGA não realizam atividades de EA, no Centro 14,3% e no Algarve 15,4% (Anexo III, Quadro 18).

Além disto, do total de ONGA inquiridas que realizam e tem presente atividades ou projetos de EA 62,2% não apresentam qualquer método pedagógico (Anexo III, Quadro 19).

Do público-alvo(s) das atividades e projetos de EA nas ONGA, do conjunto de respostas dadas à questão, 66,1% são de ONGA em que o seu público-alvo de atuação são os estabelecimentos de ensino, seguido pela comunidade local (61%), por voluntários (45,8%), autarquia local (40,7%), empresas (32,2%) e outros (16,9%). Destes outros, foram referidos: comunidade estrangeira (turistas ou que vivem na região) e escuteiros (Anexo III, Quadro 7).

As ONGA quando questionadas sobre a frequência da realização de atividades de EA consoante a faixa etária – como é possível visualizar no gráfico 3 – referiam a existência de uma maior frequência de realização de atividades de EA nas ONGA entre os 5 aos 54 anos. Tendo a faixa etária menor que 4 anos e maior que 65 anos uma menor frequência da realização de atividades de EA por parte das ONGA (Anexo III, Quadro, 8).

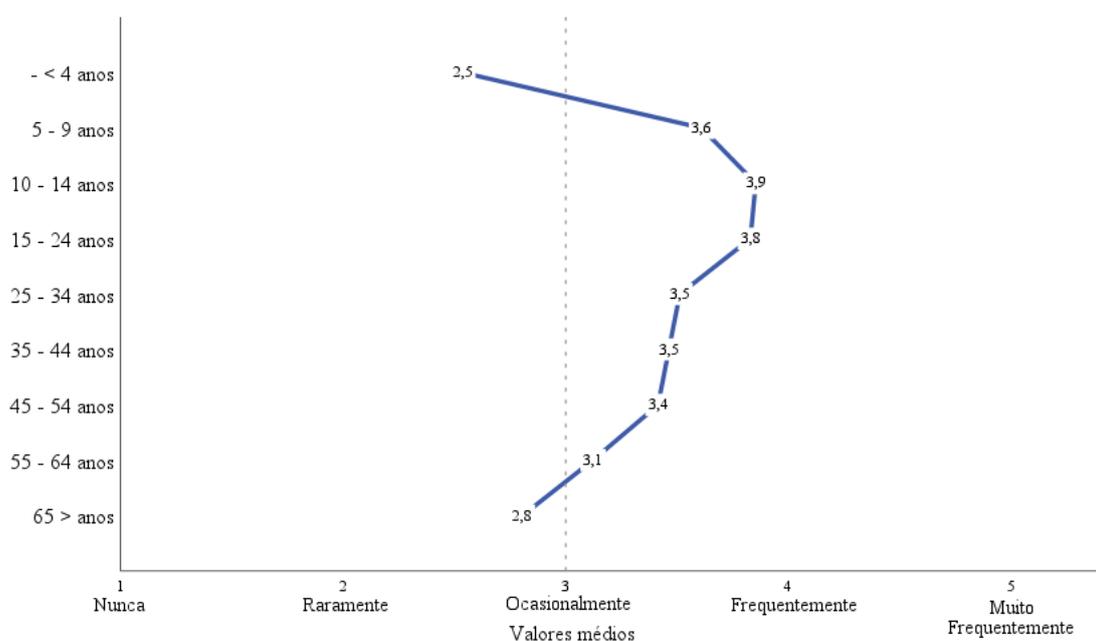


Gráfico 3 – Valores médios de frequência da realização de atividades de EA das ONGA de acordo com a faixa etária.

Seguidamente, quando questionadas se apresentam algum método pedagógico 62,2% das ONGA responderam “não”, das 37,8% que responderam “sim” referiram os seguintes métodos e metodologias pedagógicas utilizadas: aprendizagem por descoberta ao ar livre, passeios guiados para observação da biodiversidade; prática de exercício físico em ambiente natural; empirismo delicado de Goeth (jogos, cruzamento entre arte e ambiente); atividades pedagógicas que envolvam os participantes de forma ativa; sensibilização e exemplificação prática; método expositivo, demonstrativo, ativo, experiencial e interrogativo; experienciar a natureza e aprender conceitos científicos (Anexo III, Quadro 9).

Das respostas dadas à questão que pedia às ONGA que selecionassem o conjunto de características e objetivos que melhor definissem ou se associassem às atividades e projetos de EA realizados pela ONGA. As características com maior percentagem de respostas dadas foram: a característica “Contacto e ligação com a natureza – “educação ao ar livre” (*Outdoor education*) e “educação para o meio natural (*Nature education*)” e a característica “Informar e/ou promover as pessoas a se informarem sobre os problemas e problemáticas ambientais” com ambas 65,8% de respostas selecionadas, seguida da característica “Conservação de recursos” e a “Educação para o desenvolvimento de sustentação e sustentável (aprender a utilizar os recursos de hoje para que haja suficientemente para todos e se possa assegurar as necessidades do amanhã)” com ambas 55,3% de respostas selecionadas. As características com menor percentagem de respostas selecionadas foi a “Integrar os valores feministas à relação com o meio ambiente” e a “Enfoque exclusivamente analítico e racional das realidades ambientais” ambas com 2,6% de respostas selecionadas (Anexo III, Quadro 10).

As características e objetivos que melhor definem ou se associam às atividades e projetos de EA quando agrupadas formam o conjunto de características de uma corrente de EA (Sauvé, 2005), deste modo, é possível verificar que a corrente com o maior número de características selecionadas foi a corrente conservacionista/recursista, seguida pela corrente humanista e a corrente naturalista. A com menor número de resposta selecionadas foi a corrente feminista.

Por sua vez, o enfoque educativo (de acordo com as correntes de EA de Sauvé (2005) das atividades e projetos de EA mais selecionado pelas ONGA foi o enfoque educativo “Experiencial” com 72,5%, seguido pelo “Experimental” com 67,5% e o “Afetivo” com 57,5% de respostas selecionadas. O enfoque educativo com menor percentagem de respostas foi o “Intuitivo” com 5% (Anexo III, Quadro 11).

Do total de ONGA inquiridas quando questionadas sobre a realização de alguma iniciativa ou projeto financiado em colaboração com a ENEA 2017-2020, 42,5% respondeu que já realizou alguma iniciativa ou projeto em colaboração com a ENEA 2020, tendo na sua maioria, respondido que não realizou nenhuma iniciativa, com cerca de 57,5% de ONGA inquiridas (Anexo III, Quadro 12).

Face a uma das ações da ENEA 2020 de “Estimular o papel das ONGA e equiparadas, enquanto promotoras e coordenadoras de programas/projetos de EA”, as ONGA que realizaram alguma iniciativa ou projeto financiado pela ENEA 2020 quando questionadas se este objetivo foi alcançado, 89,5% refere que “sim”, referindo que tal aconteceu pois, foi atingido os objetivos pretendidos, houve a disponibilidade de financiamento que permitiram realizar objetivos da ONGA em relação à EA e que foi cumprido na medida que envolve vários grupos de crianças e adultos nos projetos de EA propostos e que foram criado vários projetos e programas nas ONGA que impulsionaram a EA a nível nacional. Das e 10,5% que reponderam “não” foi mencionado o insuficiente apoio (Anexo III, Quadro 13).

Por fim, dos objetivos estratégico da ENEA 2020 que as ONGA acreditam terem sido alcançados, o que teve maior número de respostas selecionadas à questão foi o objetivo estratégico de “Dinamização de programas e atividades de EA” com 65,8%, seguida pela “Valorização do voluntariado ambiental” com 44,7%. A com menor percentagem de respostas selecionadas foi o objetivo estratégico “Valorização curricular da participação em ações de EA” com 7,9% (Anexo III, Quadro 14).

Do total de ONGA que realizaram uma iniciativa ou projeto em colaboração com a ENEA 2020, 52,9% não apresentam nenhum método pedagógico (Anexo III, Quadro 20).

Segundo a perspetiva das ONGA em relação às medidas dos objetivos da ENED 2018-2022 que acreditam estarem a ser alcançados, do conjunto de respostas, a medida que teve uma maior percentagem de respostas foi a “Reconhecimento formal da ES” com 54,8% e a menor percentagem de respostas foi a medida “Articulação internacional em matéria de ED” com 9,7% de respostas dadas (Anexo III, Quadro 15). Deste modo, o objetivo com maior percentagem de medidas selecionadas foi o objetivo dois – “Alargar o alcance e a qualidade de intervenção de ED” – que engloba as medidas “Reforço da integração da ED no sistema educativo”, “Fortalecimento da ED nos contextos da ENF”, “Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas”, “Envolvimento dos meios de comunicação social” e “Participação internacional” (Anexo III, Quadro 15).

4.2. Discussão de Resultados

O presente estudo apresentou uma população de 92 ONGA portuguesas como representação do total de ONGA presentes em Portugal em 2022, tendo sido posteriormente alcançada uma amostra de 73 ONGA para estudo como representação do total de ONGA em Portugal. Segundo a FFMS (2022d), em 2020 o número de ONGA portuguesas era de 106, em 2021 passou a 97 ONGA em Portugal e o número de associados (indivíduo/entidade) de 221.283 para 220.754. Tal demonstra um leve decréscimo de população de ONGA em Portugal face aos dois últimos anos. Como é possível visualizar no gráfico 4, verificou-se entre 2012 e 2017 um leve decréscimo de ONGA em Portugal. No entanto, nos últimos 10 anos o número de ONGA em Portugal tem uma média de aproximadamente 107 ONGA. O número de população inquirida deste estudo deverá posteriormente ser comparado com o número de ONGA total dos dados estatísticos realizados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) sobre 2022, de forma a provar o decréscimo ao longo dos últimos dois anos do número total de ONGA em Portugal. Convém assim, ressaltar que o número de ONGA portuguesas nos últimos anos mantem-se num número similar, não tendo existido nenhum decréscimo acentuado, que poderia ser prejudicial para a sociedade portuguesa, pelo facto das ONG e ONGA serem organizações com uma ação voluntária para a sensibilização e valorização do meio ambiente na criação de competências e valores aos indivíduos em sociedade.

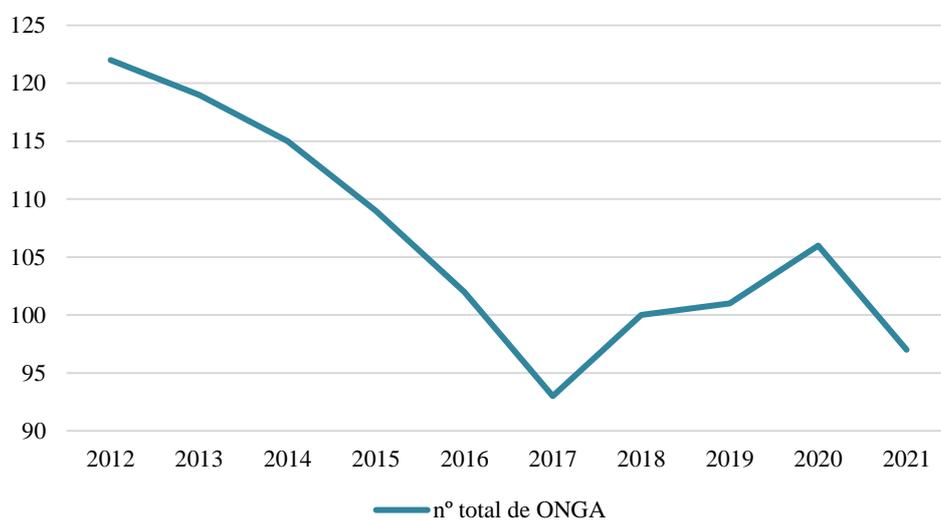


Gráfico 4 – Número total de ONGA portuguesas nos últimos 10 anos (FFMS, 2022d).

Posto isto, como foi possível verificar na análise descritiva presente no capítulo anterior, o maior número de ONGA em Portugal encontra-se em Lisboa, seguida pelo Centro e Algarve. Tais dados são semelhantes aos encontrados na base de dados PORDATA da FFMS (2022), onde a percentagem em 2021 de ONGA portuguesas era de maior número na área metropolitana de Lisboa (40,2%), seguida pelo Norte e Centro com 23,7%, e o Alentejo com 7,2%. Convém ressaltar dos dados obtidos do presente estudo o aumento de ONGA na região do Algarve, em 2021 segundo a FFMS (2022) existia uma percentagem de 3,1% de ONGA na região do Algarve tendo passado a 19,4% segundo o presente estudo realizado. O aumento de ONGA na região do Algarve deverá posteriormente ser confirmado quando se efetuar o INE em 2022. Ainda de destacar que o número de ONGA na região autónoma dos Açores e da Madeira se mantem igual desde 2018.

Estes resultados demonstram assim, que a área metropolitana de Lisboa sendo a região com maior densidade populacional – segundo FFMS (2022b) relativamente ao ano 2021 – é esperado que seja também a maior área de existência de ONGA, onde existe um maior público de atuação.

Torna-se interessante perceber que existe um maior âmbito de atuação das ONGA a nível nacional, o que permite e compreende um maior desenvolvimento de temáticas de cariz pedagógico com a comunidade total portuguesa não se restringindo a uma só área de atuação, podendo deste modo, chegar ao maior número de indivíduos.

Segundo a APA (2022), no ano de 2021 existiu mais ONGA com âmbito local (26), seguida por equiparada a ONGA (25), ONGA sem atribuição (19), ONGA de âmbito regional (15) e por fim a de âmbito nacional (13). O presente estudo demonstra uma modificação do âmbitos das ONGA comparativamente a 2021.

Como os dados demonstraram todas as ONGA de âmbito nacional que responderam ao inquérito realizam e tem presentes atividade e projetos de EA, o que só demonstra um maior impacto na disseminação da EA em Portugal. Convém ressaltar, a falha que existe de ONGA na região autónoma da Madeira, a única ONGA presente é de cariz local, tendo assim a sua área de atuação restringida a uma só localidade com um alcance geográfico municipal ou inframunicipal.

Segundo os dados a região do Algarve é a região que apresenta um maior número de ONGA “sem âmbito” de atuação. No entanto, todas as ONGA “sem âmbito” realizam atividade ou projetos de EA, o que demonstra que na região do Algarve o total de ONGA presentes realiza ações de EA sendo deste modo, um contributo para a região e comunidade algarvia na disseminação e ações de EA.

Relativamente às atividades das ONGA a “EA e DS” aparece como a 3ª atividade de maior desenvolvimento das ONGA. Considerando as potenciais 11 atividades de acordo com o RNOE a “EA e DS” ao se enquadrar como a terceira atividade mais registada pelas ONGA demonstra a importância que as ONGA dão às ações de EA. Convém destacar que ONGA que tenham outra(s) atividade(s) de atuação de acordo com o RNOE podem ter no seu programa de desenvolvimento organizacional a EA e o DS como parâmetro em consideração e de atuação nas suas diversas atividades. Ou seja, cada ONGA consoante os seus objetivos estratégicos enquanto organização pode e deve ter a EA e o DS como princípios e normas em ter em consideração na sua atuação.

Dos públicos-alvo de atuação é de salientar os estabelecimentos de ensino como os principais organismos de atuação da EA por parte das ONGA, algo já espetável pela revisão da literatura, onde é possível verificar um enquadramento das ONGA portuguesas como entidades principais de apoio nos sistemas de ensino para a EAF.

Por sua vez, para indivíduos que não tiveram contacto com a EAS nos sistemas de ensino e pela necessidade da educação e formação de adultos continua em temáticas de EA, os públicos-alvo seguidamente mais mencionados foram os voluntários e a autarquia local que em conjunto demonstram a atuação das ONGA em públicos que poderão ser de jovens adultos já sem contacto com o sistema de ensino. Isto demonstra o papel das ONGA na EAN na sociedade portuguesa. Convém ainda ressaltar, as empresas como o 3º público de atuação, sendo estas associadas a uma indústria dos maiores agentes de degradação e impacto negativo ambiental, o contacto com estas entidades para a disseminação da EA torna-se fundamental como contributo para uma melhor implementação de estratégias ambientais positivas a nível organizacional da empresa, ou seja, uma gestão empresarial mais responsável e sustentável para com o ambiente. Tal é um contributo benéfico para a sociedade.

Como foi possível verificar, de acordo com a faixa etária existe uma maior realização de atividade de EA nas faixas etárias, entre os 5 e 24 anos. Destaca-se a faixa etária entre os 10-14 anos com o valor médio de referência mais elevado na realização de atividade e projetos de EA. Estas faixas etárias compreendem os 12 anos de escolaridade obrigatória. O que poderá ser consequência da cooperação entre ONGA com o sistema de ensino. Notou-se um decréscimo dos valores médios de frequência da realização e atividades de EA pelas ONGA a partir da faixa etária 25-34 anos até aos 65+ anos, o que reforça a necessidade da formação contínua dos jovens adultos sendo estes agentes principais de cidadania.

Sendo a faixa etária dos 5 aos 19 anos segundo a FFMS (2022c) equivalente a 18% da população portuguesa em 2021 e a faixa etária dos 20 aos 85 ou mais anos equivalente a 78%, mais de metade da população não tem contacto com o sistema de ensino e portanto não tem contacto com a EAS presente no currículo de ensino das escolas, o que faz com que tenha de existir entidades de promoção da EA na comunidade e deste modo as ONGA surgem como entidades principais ao apoio à educação e formação de jovens adultos sobre EA, ou seja, disseminação de EAN.

De referir a faixa etária menos de 4 anos teve um menor valor médio de frequência da realização de atividades de EA, algo que pode ser consequência da jovialidade dos indivíduos.

Sendo a EAN um instrumento para a mudança e transformação social segundo Freire e Horton (2003), onde os indivíduos como seres presentes em sociedade devem desenvolver-se como críticos e conscientes do mundo, sendo estes os principais agentes de cidadania. As ONGA surgem como principais entidades para capacitar e desenvolver nos indivíduos o pensar sobre as problemáticas ambientais. Ou seja, fora do sistema de ensino onde a EAS é incorporada no currículo educativo, as ONGA surgem como as principais entidades e organizações para a disseminação de EA como forma de capacitar os indivíduos a tornarem-se seres críticos na sociedade em que estão inseridos. De forma, a procurarem a solução para os problemas ambientais presentes

Seguidamente, como foi possível verificar existe uma percentagem considerável de ONGA que realizam atividade e projetos de EA (89,6%) o que demonstra que mais de metade das ONGA em Portugal disseminam de algum modo a EA o que representa um fator importante para toda a sociedade portuguesa. De ressaltar, a existência de regiões em Portugal em que todas as ONGA realizam atividade e projetos de EA e das restantes regiões a percentagem na realização de atividade e projetos de EA nas ONGA ser maior do que as ONGA que não realizam. Portanto, pode se concluir que as ONGA portuguesas em sua maioria realizam atividades e projetos de EA existindo regiões do país em que todas as ONGA disseminam EA, o caso da região Norte, Alentejo região autónoma dos Açores e da Madeira.

No entanto, convém destacar que das ONGA que realizam ações de EA mais de metade (62,2%) não apresentam qualquer método pedagógico, o que demonstra uma necessidade acrescida na incorporação de métodos pedagógico de EA como forma de contribuir para uma melhor atuação da EA conforme o público-alvo.

O mesmo surge quando só 37,8% da ONGA tem presente algum método pedagógico. Este aspeto demonstra um baixo índice de ONGA que incorporam métodos e metodologias pedagógicas nas suas ações de EA.

Dos métodos pedagógicos referidos pelas ONGA executados nas atividades e projetos de EA, ressalta o método expositivo, demonstrativo, experiencial e interrogativo. Os dois primeiros destacam a necessidade de apresentar e demonstrar o meio ambiente e as problemáticas ambientais, como forma de conscientizar e formar o educando face aos problemas ambientais, por outras palavras, a valorização da relação ser humano-natureza. Por sua vez, o método experiencial e interrogativo, transborda-nos para os métodos pedagógicos de Paulo Freire e Myles Horton, onde o vivenciar do indivíduo na sociedade o faz capaz de perceber e interpretar quais os problemas ambientais existentes, transformando-se num ser com consciência crítica em busca das soluções para os problemas que a sociedade pode apresentar, ou seja, através da experiência vivida é possível nos interrogar e questionar.

Os métodos pedagógicos são a forma de educador ou formador escolher a metodologia adequada para a realização da aprendizagem para com o educando ou formando, isto é, numa ação de EA é necessário existir a definição da melhor metodologia ou metodologias a usar, de forma, a que no processo de aprendizagem e ensino sejam transmitidos os objetivos de aprendizagem pré-definidos de forma correta e mais eficaz.

Por outras palavras, o objetivo de ensino e aprendizagem só é possível ser alcançado de uma forma eficaz quando se escolhe a melhor metodologia de aprendizagem. Logo, quando escolhidos os métodos pedagógicos mais eficazes facilitará o processo de ensino, o que proporcionará uma rápida aquisição de capacidades e conhecimentos que se pretendem transmitir.

Neste sentido, quando na sua maioria as ONGA não apresentam nenhum método pedagógico na realização das atividades e projetos de EA que realiza, poderá ser um entrave na transmissão, processo e aquisição do objetivo da aprendizagem.

Das características e objetivos que melhor definem ou se associam às atividade e projetos de EA segundo as ONGA, a característica “Contacto e ligação com a natureza – educação ao ar livre (*Outdoor education*) e educação para o meio natural (*Nature education*)” demonstra a importância da ligação do ser humano com o meio ambiente, tal como refere Leonardo Boff (2004) no novo paradigma ecológico que propõem. O autor reforça a importância do ser humano enquanto indivíduo presente em sociedade perceber e compreender a relação e inter-relação que tem com a natureza, este é um ser que se encontra “*junto com as coisas*” e não um “*ser sobre as coisas*” (p. 16 e 41). O mesmo refere Paulo Freire (1970) na pedagogia do oprimido, em que os homens “como seres no mundo e com o mundo” descobrem que pouco sabem de si mesmos, e que esse aspeto cria e torna-se um problema a si mesmos, ou seja, em contacto com a natureza se cria a consciência da nossa ligação e relação enquanto seres com a mundo o que permite perceber de uma melhor forma as problemáticas ambientais existentes e o contributo positivo e negativo que temos enquanto seres em relação com o meio natural (p. 29-30).

Desta forma, sobressai-se a importância das ONGA em ter como objetivo de educar e formar através do contacto com a natureza, de forma, a compreendermo-nos como seres em junção com todos os seres, tendo a única singularidade sermos seres cognitivos que por sua vez, nos torna como responsáveis pela preservação de uma relação positiva com a natureza.

A característica e objetivo “Informar e/ou promover as pessoas a se informarem sobre os problemas e problemáticas ambientais” transpõe-nos para as perspetivas de Paulo Freire e Myles Horton sobre o processo de aprendizagem, no qual, educador ou formador deve promover e auxiliar a tomada de consciência nos educandos ou formandos que estes são seres com consciência crítica. Ou seja, o seu papel passa em auxiliar os indivíduos na perceção deles mesmo dos problemas e problemáticas ambientais existentes e na procura da sua resolução, sendo parte integrante da solução.

Neste sentido, as ONGA como entidades com cariz educativo devem promover aos indivíduos que se informem e procurem o conhecimento sobre os problemas e problemáticas ambientais. Como a Teologia da Libertação e o pensamento de Freire referem só existirá a verdadeira libertação do ser oprimido através da conscientização, através do pensamento e consciência crítica de modo, a existir um desapego da organização, isto é, do educador face à procura e aquisição de informação e conhecimento. Pretende-se de uma forma geral, contribuir para a criação de cidadãos ativos na sociedade que apresentem e ganhem ferramentas e capacidades para eles mesmos se informarem sobre os problemas existentes na sociedade em que estão inseridos, a nível social, económico e sobretudo ambiental .

O objetivo “Conservação de recursos” e a “Educação para o desenvolvimento de sustentação e sustentável (aprender a utilizar os recursos de hoje para que haja suficientemente para todos e se possa assegurar as necessidades do amanhã” demonstra a importância e preocupação com os recursos finitos e a preocupação com a geração futura e a falta destes recursos. Neste sentido, é reforçada a preocupação em educar e reeducar para a gestão responsável dos recursos presentes na natureza, de forma a que a sua conservação e boa gestão permitam ser usados pela geração presente sem prejudicar a geração futura, transpondo assim, a gestão responsável dos recursos como prioridade.

Por conseguinte, as características menos selecionadas “Integrar os valores feministas à relação com o meio ambiente” e a “Enfoque exclusivamente analítico e racional das realidades ambientais” demonstram que não existe uma integração de valores feministas com a relação com o meio ambiente, bem como, não existe uma EA focada somente na análise dos problemas ambientais de forma racional. O que transporta para a ideia das características mais selecionadas da importância de reforçar o pensamento e consciência crítica das realidades ambientais e não meramente de uma maneira informativa mas sim de promover o conscientizar que proporcione a ação para a mudança.

Posto isto, como foi possível verificar a corrente de EA com maior número de características e objetivos selecionados foi a corrente conservacionista/recursista, seguida pela corrente humanista e a corrente naturalista. Todas as correntes com maior número de características e objetivos selecionados fazem parte das correntes denominadas como antigas e com uma longa tradição em EA, presentes entre os anos 1970 e 1980. O predomínio de características presentes em correntes antigas de EA demonstra que as correntes mais recentes não têm ainda uma grande adesão de utilização.

Segundo Pinto (2018) as correntes de EA designadas como antigas têm um caráter de desenvolvimento em torno do “conhecimento, solução de problemas e a conservação dos recursos naturais” (p. 36). Enquanto, as correntes de EA mais recentes têm um caráter de correntes ligadas a uma transformação social como as temáticas distintas, como o autor refere, apresentam características diferentes do foco da concepção da EA.

Só alcançando o “patamar básico de justiça social (relação entre os seres humanos) se pode postular uma justiça ecológica possível (relação dos seres humanos com a natureza”, isto é, só através da conscientização para a mudança e transformação social se poderá seguidamente pensar na mudança e transformação ambiental. Para que uma ocorra é necessário que a outra também aconteça (Leonardo Boff, 2004, p. 156),.

Este fator é relevante, na percepção se ainda se realiza as ações de EA numa focagem mais antiga da concepção de EA, enquanto as novas correntes apresentam uma abordagem mais relacionada para a transformação social. Este é um contributo para que individualmente as ONGA possam perceber se o trabalho e objetivos estratégicos e organizacionais da organização estão a ir de encontro ao foco de atuação, que será na criação do novo paradigma civilizacional que promova a transformação social e ambiental.

O enfoque educativo mais selecionado foi o “Experencial”, seguido pelo “Experimental” e o “Afetivo”. Os dois últimos estão incorporados nas Correntes de EA Humanista e Naturalista. Estes enfoques educativos dominantes demonstram uma perspetiva de aprendizagem realizada através do indivíduo para com o meio e as suas problemáticas. A necessidade de vivenciar e experienciar o contacto com o meio natural, que crie ou proporcione uma relação mais afetiva de apego com meio. Como reforça o pensamento de Leonardo Boff (2004), a necessidade de incorporar as emoções e a sensibilidade humana para o melhor desenvolvimento do meio ambiente, promove assim, a ideia do bem comum de que todos os seres estão interligados entre si e como tal temos uma responsabilidade para a preservação e desenvolvimento positivo da natureza.

Com menor percentagem o enfoque educativo “Intuitivo” transmite a ideia de que as ONGA não dão um destaque à intuição dos educandos e formandos sobre a percepção dos problemas e problemáticas ambientais, sendo a intuição algo involuntário e inconsciente não é possível prever se a o objetivo de aprendizagem será alcançado.

A maioria da ONGA não realizou nenhuma iniciativa ou projeto financiado em colaboração com a ENEA 2017-2020, dos 42,5% que realizou 89,5% refere que a ação “Estimular o papel das ONGA e equiparadas enquanto promotoras e coordenadoras de programas/projetos de EA” foi realizada o que demonstra um índice positivo para a ação relacionada com EA por parte da ENEA 2020. Do conjunto de ONGA que realizou iniciativas ou projetos financiados pela ENEA 2020 mais de metade (52,9%) não apresentam nenhum método pedagógico incorporado.

Numa futura ENEA talvez seja uma mais valia a incorporação da tomada de consciência para a realização de iniciativas e projetos que tenham algum método ou metodologia pedagógica selecionada, como uma mais valia para a atuação com o público-alvo. Como referido anteriormente na procura de estratégias ou modelos educativos pode ser algo a ter em consideração para alcançar o objetivo de aprendizagem da atividade ou projeto de EA.

Relativamente às medidas dos objetivos da ENED 2018-2022, convém confirmar os resultados obtidos no presente estudo, pelas ONGA, com a avaliação da estratégia que posteriormente será desenvolvida. Como forma de confirmar os dados obtidos.

No geral, as ONGA ressaltam que a ENED 2022, alcançou o objetivo 2 de “Alargar o alcance e a qualidade de intervenção de ED”, em destaque o fortalecimento da ED nos contextos de ENF, uma das principais medidas que incorpora a EAN realizada pelas ONGA.

4.2.1. Principais contributos e limitações

Do presente estudo é possível apresentar as seguintes conclusões: houve um decréscimo ligeiro de ONGA nos últimos dois anos, convém perceber se futuramente este diminuir de ONGA em Portugal se irá manter e se portanto, será prejudicial face ao papel que apresenta como entidade de apoio social na sociedade portuguesa.

Existe somente uma ONGA na região autónoma dos Açores e uma na região autónoma Madeira, sendo esta última uma ONGA de âmbito local. Este aspeto deverá ser tomado em consideração futuramente se será necessário incorporar mais ONGA e assim ações de EA nestas regiões, compreender se a EAN nas comunidades das regiões é disseminada e realizada. Ou seja, alargar a área de atuação das ONGA nestas regiões.

Como foi possível verificar, a faixa etária onde existe a realização de mais ações de EA por parte da ONGA é entre os 5 - 34 anos e como cerca de 78% da população portuguesa já não se encontram na escolaridade obrigatória. Isto faz com que seja apresentado um fator para um maior contributo e dinamização de ações de EAN pelas ONGA fora dos sistemas de ensino, como forma de reforçar a falta de ações de EA fora do sistema de ensino.

A disseminação da EAN é fulcral para a sociedade portuguesa, é através desta que se consegue alcançar o maior número de indivíduos presentes em Portugal. Através da EAN de adultos será possível alcançar um público-alvo fora do sistema de ensino. Reforçar a EAN nas ONGA será algo a ter em consideração pela entidade e pelos objetivos das estratégias nacionais em colaboração com ONGA.

As ONGA demonstraram serem um contributo de grande relevância para a realização de atividades e projetos de EA em Portugal. Na sua organização a grande maioria realiza e tem presentes atividades e projetos de EA, o que reforça a sua importância como organizações de caráter voluntário e social que permitem o conscientizar dos problemas e problemáticas ambientais.

O estudo reforça a necessidade de incorporar nas ONGA a importância dos métodos pedagógicos e metodologias de aprendizagem como fulcrais para a concretização dos objetivos de aprendizagem das ações de EA desenvolvidas.

Permitiu compreender que as correntes de EA segundo Sauvé (2005) com características mais incorporadas nas atividades e projetos da ONGA são as consideradas como antigas, o que poderá ser um fator interessante para num estudo futuro perceber o porque de as correntes de EA mais recentes não estarem ou não serem mais utilizadas nas atividades e projetos de EA, bem como, de não serem as correntes de EA com um caráter e liga o   transforma o e mudança social as mais utilizadas.

Sendo a corrente conservacionista/recursista a com características mais selecionadas demonstra a importância na realiza o de a es de EA em prol da rela o natureza e recurso, da ado o de comportamentos de conserva o e de gestão ambiental, ou seja, educar para a conserva o através de comportamentos individuais ou coletivos (Sauvé, 2005).

Foi ainda possível compreender a importância para o envolvimento do indivíduo na natureza, como parte integrante do meio. Na cria o e capacita o para o pensamento e consciência crítica, que visa criar indivíduos capazes de compreender e perceber os problemas e problemáticas ambientais existentes e de procurar solu es. Criar assim agentes de cidadania ativa.

O estudo permitiu ainda perceber o contributo da ENEA 2020 para a realiza o de iniciativas nas ONGA o que demonstra uma boa conce o dos objetivos da estratégia.

O mesmo encontrasse a ocorrer na ENED 2022, onde de uma forma geral as ONGA acreditam estarem a ser alcançados os objetivos propostos. Este aspeto apresenta a limita o de ainda não existir a avalia o da estratégia para compara o de dados, bem como, da sua finaliza o para ao devido questionamento às ONGA sobre a eficácia e contributo da ENED 2022.

Portanto, face ao presente estudo   possível verificar a existência de novas questões de pesquisa. Como tal, a realiza o de um segundo inq rito ou de entrevistas a um conjunto de ONGA poderá ser pertinente para a literatura acad mica. Assim sendo, em seguida,   apresentado as possíveis questões de pesquisa por averiguar:

- O que as ONGA acham do número total de ONGA portuguesa? As ONGA acham necessário a cria o de mais ONGA?
- Quais as atividades que são mais necessárias que as ONGA apresentem (ou seja, que poderão estar em falta)?
- Será o número de ONGA na região aut noma dos Açores e da Madeira suficientes? O facto de na região aut noma da Madeira a única ONGA presente ser de âmbito local não afeta a região?

- Existe uma maior percentagem de ações realizadas nos sistemas de ensino e em idades entre os 5-34 anos, porque é que isto acontece?
- A realização de ações EAN fora da escola não acontece com mais frequência porque? Falta de apoio, financiamento, etc?
- Quais as razões para a maioria das ONGA não terem presentes métodos pedagógicos ou metodologias de aprendizagem no decorrer das ações de EA?
- Quais as razões para as correntes de EA mais recentes não estarem ou não serem mais utilizadas nas atividades e projetos de EA?

CAPÍTULO 5

Conclusão

A atual crise ecológica provocada pela ação antropogénica e o paradigma e modelo atual de sociedade, conduziram à necessidade de reformulação da relação que o ser humano (um ser atualmente antropogénico) com o meio natural (ambiente biofísico).

Para tal, um novo modelo de sociedade torna-se imprescindível, onde se prese a ética, a responsabilidade, as emoções e a sensibilização do ser humano para com o mundo que o rodeia.

Face a esta degradação ambiental a EA emergiu como a principal forma de responder e combater os problemas e problemáticas ambientais, como o seu desafio pedagógico. Pretende-se que no processo de aprendizagem o indivíduo crie um pensamento e consciência crítica, onde seja capaz de compreender os problemas e problemáticas ambientais presentes no meio, bem como, procurar a solução para esses mesmos problemas. A EA deverá ser um processo contínuo de formação ao longo da vida de um indivíduo.

A meta da EA, não é assim, a resolução dos problemas ambientais mas sim o processo que possibilita aos indivíduos a compreenderem e descobrirem os problemas existentes e as possíveis soluções (Freire & Horton, 2003).

Não só existe uma crise ecológica ou ambiental como também existe uma crise social (pobreza e opressão), onde como foi possível verificar a sua origem provém da mesma “causa-raiz”, o ser humano. Portanto, para alcançar uma justiça ecológica é necessário em primeira instância alcançar a justiça e igualdade social. E só articulando as duas “crises” se poderá alcançar a verdadeira libertação dos pobres, oprimidos e da natureza (Boff, 2004).

Neste sentido, através do processo de educação é possível redefinir as relações do ser humano com a natureza e a sociedade. O pensamento crítico permitirá realizar a “cidadania real e plena” do indivíduo, sendo este o seu instrumento de poder para a transformação e mudança social e ambiental (Freire & Horton, 2003).

Para que tal aconteça, é necessária a articulação das diferentes formas de atuação da EA. Como foi possível verificar a EAF encontra-se a ser realizada pelo sistema educativo português ao longo de todos os currículos escolares dos diferentes níveis de ensino, através da disciplina “Cidadania e Desenvolvimento”.

Contudo, não só nas escolas é necessária a disseminação de EA, os indivíduos após a saída da escolaridade obrigatória e aqueles que não tiveram acesso à EAS no seu percurso escolar

devem prosseguir através da educação e formação ao longo da vida das temáticas ambientais para que possam alcançar e contribuir para a cidadania plena.

Assim surge, a EAN. As entidades e organismos que potenciam em Portugal a disseminação de atividades, projetos e ações de EAN são as ONG em realce as ONGA.

Como organizações de cariz de natureza civil e coletiva, com modos de governo autónomo e com uma natureza organizacional de um bem público, as ONGA são assim um contributo imprescindível para a comunidade e sociedade portuguesa para a sensibilização e formação da comunidade para o desenvolvimento sustentável com visa ao bem comum. Desempenham um papel relevante no domínio da promoção, proteção, sensibilização e valorização do ambiente.

A sua principal missão é “a ação coletiva para o desenvolvimento das relações mais solidárias dos seres humanos entre si e como o meio ambiente em que vivem” (Fundação Calouste Gulbenkian, 2015, p.50).

Como tal, o presente estudo realizado teve a intenção de compreender de que forma estas organizações trabalham nas suas ações de EA. Na compreensão das principais corrente de EA que estão presentes nas práticas das organizações, os principais públicos de atuação, os métodos e metodologia pedagógicas utilizados, o número de ONGA por região, as faixas etárias predominantes das ações de EA, os enfoques educativos dominantes, a compreensão do papel das Estratégias Nacionais de EA (2017-2020) e da ED (2018-2022) para as ONGA, entre outros fatores.

Pode-se concluir, de um modo geral, que a nível português as ONGA necessitam da incorporação de métodos pedagógicos e metodologias de aprendizagem nas suas ações de EA, de realizarem mais ações de EAN, em prol da educação e formação ao longo da vida de jovens adultos em temáticas ambientais, ou seja, indivíduos que já não se encontra no sistema de ensino e a perceção da importância de incorporar correntes de EA conforma a ação de EA.

Para pesquisas futuras, convém serem abordadas as questões presentes na secção 3.3.1 do capítulo 3, através da realização de um novo inquérito ou de entrevistas às ONGA.

Referências Bibliográficas

- ABAE. (2018). *Programa Eco-Escolas*. Foundation for Environmental Education.
- ABAE. (2022, consultado a 29 de agosto). *Associação Bandeira Azul da Europa – Quem Somos*. Disponível em: <https://ecoescolas.abae.pt/sobre/quem-somos/>
- APA (2021). *Relatório ENEA 2020*.
- APA (2021, consultado a 21 de maio). *Registo Nacional de Organizações não Governamentais de Ambiente e Equiparadas (RNOE)*. Disponível em: <https://onga.apambiente.pt/>
- APA (2022). *RNOE*. Folheto ONGA 2022. Disponível em: <https://apambiente.pt/apa/organizacoes-nao-governamentais-de-ambiente>
- APA (2022, consultado a 10 de junho). *Lista de ONGA e equiparadas registadas no Registo Nacional*. Disponível em: <https://apambiente.pt/sites/default/files/2021-06/Lista%20das%20associa%C3%A7%C3%B5es%20%20registadas%20no%20RNOE.pdf>
- APA (2022, consultado a 29 de julho). *Cooperação Ambiente – Educação*. Disponível em: <https://apambiente.pt/apa/cooperacao-ambiente-educacao>
- Boff, L. (2004). *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Boff, L. (2017). *Sustentabilidade O que é – O que não é*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Boff, L. (2017b). *Sustentabilidade e educação*. *Jornal do Brasil*.
- Buczenko, G. L. (2018). *Educação Ambiental e educação do campo – Caminhos em comum*. (1ª edição). Curitiba: Appris editora.
- Carvalho, H. F., Fernandes, N. B. G., & Lopes, A. F. (2016). *Educação Ambiental: Uma abordagem das correntes de Sauv e*. Anais 5º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade: Instituto Três Rios, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- DGE (2017). *Educação para Cidadania*. Ministério da Educação.
- DGE (2017, 21 de julho). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Ministério da Educação.
- DGE. (2018). *Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário*. Ministério da Educação.
- Diário da República (11 de julho de 2017). Resolução do Conselho de Ministros nº100/2017 – *Estratégia Nacional de Educação Ambiental*. 1ª série – nº132.
- Diário da República (16 de julho de 2018). Resolução do Conselho de Ministros nº94/2018 – *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento*. 1ª série – nº135.
- Diário da República (18 de julho 1998). Lei nº35/98. *Define o estatuto das organizações não governamentais de ambiente*. 1ª série – nº164.
- Fernandes, J. M. A. B. (2008). *Educação Ambiental – Representações dos Jovens e Professores face ao Ambiente*. Universidade Nova de Lisboa.

- FFMS. (2022). *Organizações não Governamentais de Ambiente (ONGA): número. Onde há mais ou menos ONGA?* Lisboa: PORDATA. Disponível em: [https://www.pordata.pt/municipios/organizacoes+nao+governamentais+de+ambiente+\(onga\)+numero-38](https://www.pordata.pt/municipios/organizacoes+nao+governamentais+de+ambiente+(onga)+numero-38)
- FFMS. (2022b). *Densidade populacional. Onde há mais e menos pessoas, em média, por km²?* Lisboa: PORDATA. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Densidade+populacional-452>
- FFMS. (2022c). *Alunos matriculados: total e por nível de ensino. Quantos estudantes frequentam o ensino pré-escolar, básico, secundário ou superior?* Lisboa: PORDATA. Disponível em: <https://www.pordata.pt/portugal/alunos+matriculados+total+e+por+nivel+de+ensino-1002>
- FFMS. (2022d). *Organizações não governamentais de Ambiente: número e associados. Quantas são e quantos associados têm as ONGA?* Lisboa: PORDATA. Disponível em: <https://www.pordata.pt/portugal/organizacoes+nao+governamentais+de+ambiente+numero+e+associados-1091>
- FFMS. (2022e). *População residente com idade entre 16 a 89 anos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado. Quantas são as pessoas sem instrução ou com o ensino básico, secundário ou superior?* Lisboa: PORDATA. Disponível em: <https://www.pordata.pt/portugal/populacao+residente+com+idade+entre+16+e+89+anos+total+e+por+nivel+de+escolaridade+completo+mais+elevado-2101>
- FFMS. (2022f). *Taxa de analfabetismo segundo os Censos: total e por sexo. Qual a percentagem de homens ou mulheres que não sabe ler nem escrever?.* Lisboa: PORDATA. Disponível em: <https://www.pordata.pt/portugal/taxa+de+analfabetismo+segundo+os+censos+total+e+por+sexo-2517>
- Freire, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Volume 21.
- Freire, P. (1977). *Ação Cultural para a Libertação e Outros Escritos*. Psicologia e Pedagogia. Moraes Editores: Lisboa.
- Freire, P. , & Horton, M. (2003). *O caminho se faz caminhando – Conversas sobre educação e mudança social*. Editora Vozes: Petrópolis.
- Fundação Calouste Gulbenkian Cidadania Ativa. (2015). *Diagnóstico das ONG em Portugal*. Universidade Católica Portuguesa.
- Gonçalves, A. S. (2015). A ecopedagogia do cuidado em Leonardo Boff. *Protestantismo em Revista*. 39, 49-58.
- Guimarães, M., Loureiro, C. F. B., Passos, L. A., Sato, M., & Leme, T. N. (2020). *Caminhos da educação ambiental: Da forma à ação*. São Paulo: Papirus Editora.
- Haddad, S. (2020). Paulo Freire, Myles Horton e Nicolaj F. S. Grundtvig: educadores dos oprimidos. *Retratos da Escola*. 14 (29), 301-313.
- Highlander Research and Education Center (2022, consultado a 4 de Agosto). *Economics and Governance*. <https://highlandercenter.org/economics-and-governance/>
- Lima, P. Z. M. (2004). *O Ambiente e o Ensino Fundamental no Brasil: discussão dos fundamentos da educação e dos princípios para a educação ambiental*. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.
- Loureiro, C. F. B., & Torres, J. R. (Orgs.). (2014). *Educação Ambiental dialogando com Paulo Freire*. (1ª edição). São Paulo: Cortez Editora.
- Martins, E. C. (1997). A Dimensão Axiológica da Educação Ambiental. *A escola cultural e os valores*. Coleção Mundo dos saberes. 535-555.

- Martins, E. S. (2010). *Paulo Freire e a Teologia da Libertação: aproximações*. Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Ministério da Educação e Ministério do Ambiente. (1996). *Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Educação e o Ministério do Ambiente*.
- Ministério da Educação e Ministério do Ambiente. (2005). *Protocolo de Cooperação entre o Ministério do Ambiente, do Ordenamento de Território e do desenvolvimento regional e o Ministério da Educação*.
- Murphy, R. (1995). Sociology as if nature did not matter: na ecológica critique. *The British Journal of Sociology*. 46 (4), 688-705.
- Nepomuceno, A. L. O., Modesto, M. A., & Santos, T. F. (2018). *Educação Ambiental e Formação de Educadores – Convergências para a práxis pedagógica*. (1ª edição). Curitiba: Appris editora.
- Oliveira, C. C. (2021). Diálogo entre Paulo Freire e a Teologia da Libertação. *Dignidade Re-Vista*. 7(12), 62-74.
- Oliveira, P. S. (2020). *As ações de educação ambiental desenvolvidas pelas ONG nas comunidades rurais da Guiné-Bissau*. Instituto Politécnico de Bragança.
- ONGD (2014). Educação para o Desenvolvimento: passado, presente, futuro. Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD. Maio/junho (4).
- ONGD (2018). *Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global*. 39ª Assembleia Geral da Plataforma Portuguesa das ONGD.
- Pinto, M. S. D. (2018). *Aplicação da Cartografia das Correntes de Educação Ambiental de Sauvé em uma escola pública no município de Uiraúna – PB*. Universidade Federal de Campina Grande.
- Plataforma Portuguesa das ONGD. (2014). *Educa o para o Desenvolvimento: passado, presente, futuro*. Revista N 4.
- Plataforma Portuguesa das ONGS. (2018). *Educa o para o Desenvolvimento e a Cidadania Global*.
- Qualtrics. (2022). Plataforma de Gerenciamento de experiências XM. Disponível em: <https://www.qualtrics.com/pt-br/>
- Raosoft. (2022, consultado a 22 de maio). *Sample size calculator*. Disponível em: <http://www.raosoft.com/samplesize.html>
- Rodrigues, M., J., A., M. (2020). *As a es de educa o Ambiental desenvolvidas pelas ONG nas comunidades rurais da Guiné-Bissau*. Instituto Politécnico de Bragança – Escola Superior de Educa o.
- Santos, F., D. (2012). *Altera es Globais. Os desafios e os riscos presentes e futuros*. Funda o Francisco Manuel dos Santos.
- Santos, J. A., & Toschi, M. S. (2015). Vertentes da Educa o Ambiental: da conservacionista   crítica. *Fronteiras*. 4 (2), 241-250.
- Santos, L., Sudbrack, E. M., & Sousa, C. E. B. (2019). Forma o inicial em pedagogia e educa o ambiental: uma abordagem histórico-crítica do currículo. *Revista de Educa o, Ciência e Cultura*. 24 (2), 121-135.
- Sauvé, L. (2002). *Environmental education: possibilities and constraints*. Connect – UNESCO International Science, Technology & Environmental Education Newsletter, 27(1-2).
- Sauvé, L. (2005). Uma cartografia das correntes em educa o ambiental. *Educa o Ambiental*. (p. 17 – 45).
- Schmidt, L. (1999). Sociologia do ambiente: genealogia de uma dupla emergência. *Análise Social*. 34 (150), 175-210.

- Schmidt, L., Nave, J. G., & Guerra, J. (2010). *Educação Ambiental – Balanço e perspectivas para uma agenda mais sustentável*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Silva, M., R. (2012). *Educação Ambiental e atuação das ONGS: uma análise das ações da ECOA em Mato Grosso do Sul*. Universidade Federal da Grande Dourados: Dissertação em Geografia.
- Silva, N. P. M. (2018). *Ensinar o quê? Para quem? – Como usei os temas geradores de Paulo Freire para promover a educação ambiental na escola*. (1º edição). Curitiba: Appris editora.
- Silva, R. L. F., & Campina, N. N. (2011). Concepções de educação ambiental na mídia e em práticas escolares: contribuições de uma tipologia. *Pesquisa em Educação Ambiental*. 6 (1), 29-46.
- Silveira, D. P. , & Lorenzetti, L. (2021). Estado da arte sobre a educação ambiental crítica no Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. *Praxis & Praxis*. 12 (28).
- Simão, A. M. J. (2019). *Educação Popular enquanto projeto de Transformação Social: Que Futuro para Portugal?* Instituto Universitário de Lisboa.
- Spínola, H. (2014). Educação Ambiental em Portugal: Um caminho descendente? Estado mínimo – Escola mínima. Universidade da Madeira. 135-152.
- Tristão, V. T. V., & Tristão, J.A.M. (2016). A contribuição das ONGS para a educação ambiental: uma avaliação da percepção dos *stakeholders*. *Ambiente & Sociedade*. 19 (3), 47-66.
- UNCED (1992). *Agenda 21*. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro. 311-313.
- UNESCO (1975). *Carta de Belgrado: Uma estrutura global para a educação ambiental*. Seminário Internacional de Educação Ambiental: Belgrado, Lusgólávia.
- UNESCO (2005). *Estratégia da CEE/ONU para a educação para o desenvolvimento sustentável*. Kiev: Conferência Ministerial “Ambiente para a Europa”.
- UNESCO (2017). *Education for Sustainable Development Goals: learning objectives*.

Anexos

Anexo I – Correntes de EA.

Quadro 1 – Correntes de Educação Ambiental (Sauvé, 2002, 2005 e Fernandes, 2008).

Corrente	Informação	Modelos de intervenção/programas de EA (segundo Sauvé (2005)).
Naturalista	<p>Conceção do meio ambiente: centrada na relação com a natureza.</p> <hr/> <p>Objetivo da EA: Reconstruir uma ligação com a natureza.</p> <hr/> <p>Tipo de relação: Para ser apreciado, respeitado e preservado.</p> <hr/> <p>Características principais: O ambiente original, «puro»; natureza como catedral, para ser admirada.</p> <p>Pode ser associada ao movimento de “educação para o meio natural” (<i>nature education</i>) e a certas proposições de “educação ao ar livre” (<i>outdoor education</i>).</p> <p>As proposições desta corrente com frequência reconhecem o valor intrínseco da natureza, acima e além dos recursos que ela proporciona e do saber que se possa obter dela. Proporcionar a compreensão dos fenómenos ecológicos e o desenvolvimento de um vínculo com a natureza.</p> <hr/> <p>Enfoque educativo: pode ser cognitivo (aprender com coisas sobre a natureza), experiencial (viver na natureza e aprender com ela), afetivo, espiritual ou artístico (associando a criatividade humana à da natureza).</p>	<p>- <u>Steve Van Matre (1990):</u> (<i>Instituto de Educação para a Terra</i>) o programa educativo consiste em convidar crianças (ou outros participantes) a viver experiências cognitivas e afetivas num meio natural, explorando o enfoque experiencial, a pedagogia do jogo e o atrativo.</p> <p>- <u>Michael Cohen (1990):</u> pedagogia para adultos, deve-se aprender a entrar em contato com a natureza, por intermédio dos nossos sentidos e de outros meios sensíveis; trata de explorar a dimensão simbólica da nossa relação com a natureza e de compreender que somos parte integrante dela.</p> <p>- <u>Darlene Clover e colaboradores (2000):</u> insistem sobre a importância de considerar a</p>

	<p>Focagens dominantes: sensorial; experiencial; afetivo; cognitivo; criativo/estético.</p> <hr/> <p>Exemplos de estratégia: Imersão; Interpretação; Jogos sensoriais; Atividades de descoberta.</p>	<p>natureza como educadora e como um meio de aprendizagem; a educação ao ar livre (<i>outdoor education</i>) é um dos meios mais eficazes para aprender sobre o mundo natural e para fazer compreender os direitos inerentes da natureza a existir por e para ela mesma.</p>
<p>Conservacionista/ Recursista (dominante até à década de 1990)</p>	<p>Conceção do meio ambiente: centrada na relação Natureza-Recurso.</p> <hr/> <p>Objetivo de EA: Adotar comportamentos de conservação. Desenvolver habilidades relativas à gestão ambiental.</p> <hr/> <p>Tipo de relação: Para ser gerido e partilhado (natureza).</p> <hr/> <p>Características principais: O ambiente original é o nosso património biofísico coletivo de sustento da qualidade de vida. Proposições centradas na “conservação” dos recursos (tanto em qualidade como quantidade). Ou seja, “Educação para a conservação”. Dá ênfase ao desenvolvimento de habilidade de gestão ambiental e ao ecocivismo. Encontram-se aqui imperativos de ação: comportamentos individuais e projetos coletivos.</p> <hr/> <p>Focagens dominantes: cognitivo; pragmático.</p> <hr/> <p>Exemplos de estratégias: Guia ou código de comportamentos; Campanha de resíduos; Auditorias; Projetos de gestão/conservação.</p>	<p>- Três “R’s”: Redução, da Reutilização e da Reciclagem.</p> <p>- Preocupações de gestão ambiental (água, lixo, energia, etc).</p>

<p>Resolutiva (surgimento em princípios dos anos 70)</p>	<p>Conceção do meio ambiente: Problema.</p> <hr/> <p>Objetivo de EA: Desenvolver habilidades de resolução de problemas (RP) e de investigação crítica: do diagnóstico à ação.</p> <hr/> <p>Tipo de relação: Para ser evitado, resolvido.</p> <hr/> <p>Características principais: O ambiente biofísico, sistema de suporte de vida, ameaçado pela poluição e degradação. Agrupa proposições em que o meio ambiente é considerado principalmente como um conjunto de problemas. Trata-se de informar ou de levar as pessoas a se informarem sobre problemáticas ambientais, assim como a desenvolver habilidades voltadas para resolvê-las. Encontram-se aqui imperativos de ação: modificação de comportamentos ou de projetos coletivos.</p> <hr/> <p>Focagens dominantes: Cognitivo; Pragmático.</p> <hr/> <p>Exemplos de estratégias: Estudos de caso: análise de situações problema; Experiência de RP, com estratégias do ensino das ciências, associada a um projeto.</p>	<p>- <u>Harold R. Hungerford e colaboradores da Southern Illinois University (1992):</u> desenvolveram um modelo pedagógico centrado no desenvolvimento sequencial de habilidades de resolução de problemas. Segundo estes pesquisadores, a EA deve estar centrada no estudo de problemáticas ambientais (<i>environmental issues</i>), com os seus componentes sociais e biofísicos e suas controvérsias inerentes.</p>
<p>Sistêmica</p>	<p>Conceção do meio ambiente: Sistema.</p> <hr/> <p>Objetivo de EA: Desenvolver o pensamento sistémico: análise e síntese para uma visão global. Compreender as realidades ambientais, tendo em vista decisões apropriadas.</p> <hr/> <p>Focagens dominantes: Cognitivo.</p>	<p>- <u>Shoshana Keiny e Moshe Shashack (1987):</u> desenvolveram um modelo pedagógico centrado no enfoque sistémico: uma saída a campo permite observar uma realidade ou fenómeno ambiental e analisar os seus componentes e relações, a fim de desenvolver</p>

	<p>Exemplos de estratégias: Estudo de casos: análise de sistemas ambientais.</p>	<p>um modelo sistêmico que permita chegar a uma compreensão global da problemática em questão; esta visão de conjunto permite identificar e escolher soluções mais apropriadas.</p> <p>- <u>André Giordan e Chirstian Souchon (1991)</u> «<u>Une éducation pour l’environnement</u>»: integram igualmente o enfoque sistêmico, que eles associam à adoção de um modo de trabalho interdisciplinar que possa levar em conta a complexidade dos objetivos e dos fenômenos estudados.</p>
Científica	<p>Conceção do meio ambiente: Objetivo de estudos.</p> <hr/> <p>Objetivo de EA: Adquirir conhecimentos em ciências ambientais. Desenvolver habilidades relativas à experiência científica.</p> <hr/> <p>Características principais: O meio ambiente é objeto de conhecimento para escolher uma solução ou ação apropriada. As habilidades ligadas à observação e à experimentação são particularmente necessárias para a solução.</p> <hr/> <p>Focagens dominantes: cognitivo; experimental.</p>	<p>- <u>Louis Goffin e colaboradores (1985)</u>: propõem um modelo pedagógico que integra as etapas de um processo científico.</p>

	<p>Exemplos de estratégias: Estudo de fenômenos; Observação; Demonstração; Experimentação; Atividades de pesquisa hipotético-dedutiva.</p>	
Humanista	<p>Conceção do meio ambiente: Como meio de vida.</p> <hr/> <p>Objetivo de EA: Conhecer o seu meio de vida e conhecer-se melhor em relação a ele. Desenvolver um sentimento de pertença.</p> <hr/> <p>Tipo de relação: A conhecer e aprender, a planificar, a cuidar.</p> <hr/> <p>Características principais: Ambiente na vida quotidiana, na escola, no lar, no trabalho, incorpora elementos socioculturais, tecnológicos e históricos. Ênfase à dimensão humana do meio ambiente. Meio ambiente corresponde a um meio de vida, com as suas dimensões históricas, culturais, políticas, económicas, estéticas, etc. O “património” não é somente natural, é igualmente cultural.</p> <hr/> <p>Focagens dominantes: sensorial; cognitivo; afetivo; experimental; criativo/estético.</p> <hr/> <p>Exemplos de estratégias: Estudo do meio; Itinerário ambiental; Leitura de paisagem projeto; Projeto de jardinagem ecológica.</p>	<p>- <u>Bernard Deham e Josette Oberlinkels (1984):</u> propõem um modelo de intervenção, que convida a explorar o meio ambiente como meio de vida e a construir uma representação deste último. Conhecer melhor o meio ambiente permite se relacionar melhor e, finalmente, estar em melhores condições para intervir melhor: a primeira etapa é a de construir representação coletiva a mais rica possível do meio estudado.</p>
Moral/Ética	<p>Conceção do meio ambiente: Objetivo de valores.</p> <hr/> <p>Objetivo de EA: Dar prova do ecocivismo. Desenvolver um sistema ético.</p> <hr/> <p>Tipo de relação: Relação ética.</p>	<p>- <u>Ecocivismo.</u></p> <p>- <u>Correntes éticas:</u> antropocentrismo, biocentrismo, sociocentrismo, ecocentrismo, etc.</p>

	<p>Características principais: Atuar com base num conjunto de valores (ambientais). O fundamento da relação com o meio ambiente é de ordem ética.</p> <p>Código de comportamentos socialmente desejáveis. Trata-se de desenvolver uma verdadeira “competência ética”, e de construir um próprio sistema de valores.</p> <hr/> <p>Focagens dominantes: cognitivo; afetivo; moral.</p> <hr/> <p>Exemplos de estratégias: Análise de valores; Definição de valores; Crítica de valores sociais.</p>	<p>- <u>Louis Iozzi (1987)</u>: um modelo pedagógico para o desenvolvimento moral dos alunos, em vínculo com o desenvolvimento do raciocínio socio científico. Favorecer a confrontação em situações morais que levam a fazer as suas próprias escolhas e a justifica-las.</p>
Holística	<p>Conceção do meio do ambiente: Total. Todo. O Ser.</p> <hr/> <p>Objetivo de EA: Desenvolver as múltiplas dimensões de seu ser em interação com o conjunto de dimensões do meio ambiente.</p> <p>Desenvolver um conhecimento “orgânico” do mundo e um atuar participativo em e com o meio ambiente.</p> <hr/> <p>Características principais: É necessário ter em conta não apenas o conjunto das múltiplas dimensões das realidades socioambientais como também das diversas dimensões da pessoa que entra em relação com estas realidades, da globalidade e da complexidade de ser “ser-no-mundo”.</p> <hr/> <p>Focagens dominantes: Holístico; Orgânico; Intuitivo; Criativo.</p>	<p>- <u>Instituto de Ecopedagogia da Bélgica</u>: oferece sessões de formação em EA que integram um enfoque holístico da aprendizagem e da relação com o meio, numa perspectiva psicopedagógica. Favorece a apropriação de um lugar.</p>

	<p>Exemplos de estratégias: Exploração livre; Visualização; Oficinas de criação; Integração de estratégias complementares.</p>	
Biorregionalista	<p>Conceção do meio ambiente: Lugar de pertença. Projeto comunitário</p> <hr/> <p>Objetivo de EA: Desenvolver competências em ecodesenvolvimento comunitário, local ou regional.</p> <hr/> <p>Características principais: Esta corrente inspira-se geralmente numa ética ecocêntrica e centra a EA no desenvolvimento de uma relação preferencial com o meio local ou regional, no desenvolvimento de um sentimento de pertença a este último e no compromisso em favor da valorização deste meio.</p> <hr/> <p>Focagens dominantes: Cognitivo; Afetivo; Experiencial; Pragmático; Criativo.</p> <hr/> <p>Exemplos de estratégias: Exploração do meio; Projeto comunitário; Criação de ecoempresas.</p>	<p>- <u>Elsa Tlero e Gloria Humana de Gauthier (1993)</u>: um modelo pedagógico em que a escola torna-se o centro do desenvolvimento social e ambiental como meio de vida. A EA está centrada num enfoque participativo e comunicativo: ela convoca os pais e outros membros da comunidade. Trata-se primeiramente de se comprometer num processo de re-conhecimento do meio e de identificação das problemáticas ou das perspetivas de desenvolvimento deste último.</p>
Prática	<p>Conceção do meio ambiente: Lugar de ação/reflexão.</p> <hr/> <p>Objetivo de EA: Aprender em, para e pela ação. Desenvolver competências de reflexão.</p> <hr/> <p>Características principais: A ênfase desta corrente está na aprendizagem <i>na ação, pela ação e para</i> a melhora desta. Não se trata de desenvolver <i>a priori</i> os conhecimentos e as habilidades com vistas a</p>	<p>- <u>William Stapp e colaboradores (1988)</u>: modelo pedagógico - A pesquisa-ação para a resolução de problemas comunitários. Trata-se de empreender um processo participativo para resolver um problema socioambiental percebido no meio imediato da vida. Mas além do processo habitual de resolução de problemas,</p>

	<p>uma eventual ação, mas em pôr-se imediatamente em situação de ação e de aprender através do projeto por e para esse projeto.</p> <hr/> <p>Focagens dominantes: Práxico.</p> <hr/> <p>Exemplos de estratégias: Pesquisa-ação.</p>	<p>trata-se de integrar uma reflexão constante sobre o projeto de ação empreendido. Não se trata de saber tudo antes de passar pela ação, mas de aceitar aprender na ação e de ir reajustando-a.</p>
Crítica (de crítica social)	<p>Conceção do meio ambiente: Objeto de transformação. Lugar de emancipação.</p> <hr/> <p>Objetivo de EA: Desconstruir as realidade socioambientais visando a transformar o que causa problemas.</p> <hr/> <p>Tipo de relação: No qual seremos envolvidas.</p> <hr/> <p>Características principais: Meio de vida partilhado: foco da análise socialmente crítica; uma preocupação e participação política e sociológica com a comunidade.</p> <hr/> <p>Focagens dominantes: Práxico; Reflexivo; Dialogístico.</p> <hr/> <p>Exemplos de estratégias: Análise de discurso; Estudo de casos; Debates; Pesquisa-ação; Investigação-ação (processo participado visando a transformação); Debates e fóruns sobre assuntos ambientais.</p>	<p>- <u>Chaia Heller (2003)</u>: propõe um processo crítico em três campos. A proposição de ecologia social encontra-se, vista de vários ângulos, com a corrente de crítica social.</p> <p>- <u>Alberto Alzate Patiño (1994)</u>: modelo de intervenção - compreende numerosos elementos da corrente biorregional; relaciona-se igualmente com a corrente de crítica social. Esta proposição está centrada numa pedagogia de projetos interdisciplinares que aponta para o desenvolvimento de um saber-ação, para a resolução de problemas locais e para o desenvolvimento local. Teoria e ação estão estreitamente ligadas numa perspectiva crítica.</p>
Feminista	<p>Conceção do meio ambiente: Objetivos de solicitude.</p>	<p>- <u>Annette Greenall Gough (1998)</u>: aplica a crítica feminista ao movimento de EA.</p>

	<p>Objetivo de EA: Integrar os valores feministas à relação com o meio ambiente.</p> <hr/> <p>Características principais: A corrente feminista adota a análise e a denúncia das relações de poder dentro dos grupos sociais. Ênfase está nas relações de poder que os homens ainda exercem sobre as mulheres, em certos contextos, e na necessidade de integrar as perspectivas e os valores feministas aos modos de governo, de produção, de consumo, de organização social. Em matéria de meio ambiente, uma ligação estreita ficou estabelecida entre a dominação das mulheres e a da natureza: trabalhar para restabelecer relações harmônicas com a natureza é indissociável de um projeto social que aponta para a harmonização das relações entre os humanos, mais especificamente entre os homens e as mulheres.</p> <hr/> <p>Focagens dominantes: Intuitivo; Afetivo; Simbólico; Espiritual; Criativo/Estético.</p> <hr/> <p>Exemplos de estratégias: Estudos de casos; Imersão; Oficinas de criação; Atividades de intercâmbio, de comunicação.</p>	<p>- <u>Darlene Clover e colaboradores (2000)</u>: integra um componente feminista complementar com outros enfoques (naturalistas, andragógico, etnográfico e crítico.</p>
Etnográfica	<p>Conceção do meio ambiente: Território. Lugar de identidade. Natureza/Cultura. Como a biosfera.</p>	<p>- <u>Thierry Pardo (2001)</u>: explora os contornos, as características e as possibilidades de uma certa etnopedagogia.</p>

	<p>Objetivo de EA: Reconhecer a estreita ligação entre natureza e cultura. Aclarar sua própria cosmologia. Valorizar a dimensão cultural de sua relação com o meio ambiente.</p> <hr/> <p>Tipo de relação: Na qual todos vivemos juntos, para o futuro.</p> <hr/> <p>Características principais: Da ênfase ao caráter cultural da relação com o meio ambiente. A EA não deve impor uma visão de mundo; é preciso levar em conta a cultura de referência das populações ou das comunidades envolvidas. Esta corrente propõe não somente adaptar a pedagogia às realidades culturais diferentes como se inspirar nas pedagogias de diversas culturas que têm outra relação com o meio ambiente.</p> <hr/> <p>Focagens dominantes: Experiencial; Intuitivo; Afetivo; Simbólico; Espiritual; Criativo/Estético.</p> <hr/> <p>Exemplos de estratégias: Contos, narrações e lendas; Estudos de casos (sobre um assunto global); Imersão; Modelização; Camaradagem.</p>	<p>- <u>Michael J. Caduto e Joseph Bruchac (1988):</u> modelo pedagógico – é centrado na utilização de contos ameríndios: trata-se de desenvolver uma compreensão e uma apreciação da Terra para adotar um atuar responsável em relação ao meio ambiente e às populações humanas que são parte dele. Relação da natureza fundada na pertença e não no controle.</p>
Ecoeducação	<p>Conceção do meio ambiente: Pólo de interação para a formação pessoal. Lugar de identidade.</p> <hr/> <p>Objetivo de EA: Experimentar o meio ambiente para experimentar-se e formar-se em e pelo meio ambiente. Construir sua relação com o mundo, com outros seres que não sejam humanos.</p>	<p>- <u>Ecoformação.</u></p> <p>- <u>Ecoontogênsese.</u></p>

	<p>Características principais: Não se trata de resolver problemas, mas de aproveitar a relação com o meio ambiente como desenvolvimento pessoal, para o fundamento de um atuar significativo e responsável.</p> <hr/> <p>Focagens dominantes: Experimental; Sensorial; Intuitivo; Afetivo; Simbólico; Criativo.</p> <hr/> <p>Exemplos de estratégias: Relato de vida; Imersão; Exploração; Introspeção; Escuta sensível; Alternância subjetiva/objetiva; Brincadeiras.</p>	
Sustentação e da Sustentabilidade	<p>Conceção do meio ambiente: Recursos para o desenvolvimento econômico. Recursos compartilhados.</p> <hr/> <p>Objetivo de EA: Promover um desenvolvimento econômico respeitoso dos aspetos sociais e do meio ambiente. Contribuir para esse desenvolvimento.</p> <hr/> <p>Características principais: Trata-se de aprender a utilizar racionalmente os recursos de hoje para que haja suficientemente para todos e se possa assegurar as necessidades do amanhã. A EA torna-se uma ferramenta a serviço do desenvolvimento sustentável.</p> <hr/> <p>Focagens dominantes: Pragmático; Cognitivo.</p> <hr/> <p>Exemplos de estratégias: Estudos de casos; Experiência de resolução de problemas; Projetos de desenvolvimento de sustentação e sustentável.</p>	

Anexo II – Inquérito.

Início do bloco: Informação inicial

Informação inicial O presente estudo surge no âmbito da tese de mestrado de Estudos do Ambiente e da Sustentabilidade no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e visa estudar a importância do papel das ONGA para a educação ambiental não-formal em Portugal.

O estudo é realizado por Rossana Ferreira Mota que poderá contactar através do e-mail: xxx se tiver quais quer dúvidas ou comentários.

A duração prevista para este estudo é de aproximadamente 5 a 8 minutos. A sua colaboração é estritamente voluntária e pode ser interrompida a qualquer momento se assim o desejar. Para além de voluntária é também anónima e confidencial e os dados obtidos serão utilizados somente para fins estatísticos.

Agradeço a sua colaboração.

Muito obrigada,
Rossana Mota.

Fim do bloco: Informação inicial

Início do bloco: Consentimento

Consentimento Aceita participar neste estudo?

- Sim (1)
- Não (2)

Avançar para: Fim do inquérito Se Aceita participar neste estudo? = Não

Quebra de
página

Fim do bloco: Consentimento

Início do bloco: Bloco 2

Q1 Qual a região da sua ONGA em Portugal?

- Norte (1)
- Centro (3)
- Vale do Tejo (8)
- Lisboa (Área metropolitana de Lisboa) (2)
- Alentejo (4)
- Algarve (5)
- Região Autónoma dos Açores (6)
- Região Autónoma da Madeira (7)

Fim do bloco: Bloco 2

Início do bloco: Bloco 3

Q2 Qual o âmbito de atuação da sua ONGA (segundo o RNOE)?

- Equiparada a ONGA (1)
- Nacional (2)
- Regional (alcance geográfico supramunicipal) (3)
- Local (alcance geográfico municipal ou inframunicipal) (4)
- Sem âmbito (5)

Fim do bloco: Bloco 3

Início do bloco: Bloco 4

Q3 Qual(ais) a(s) Atividade(s) da sua ONGA de acordo com o RNOE?

- Conservação da Natureza e Biodiversidade (Espécies, Habitats) (1)
- Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (2)
- Gestão de Recursos Florestais (3)
- Modos ativos de mobilidade (4)
- Promoção do Conhecimento, Captura e Salvamento de Animais (5)
- Proteção do Ambiente (6)
- Proteção do Ambiente Marinho (7)
- Proteção dos Solos e Uso Sustentável das Terras (8)
- Proteção e Conservação da Paisagem e do Património Natural e Construído (9)
- Proteção e Promoção do Uso Eficiente dos Recursos Hídricos (10)
- Nenhuma das anteriores (11)

Fim do bloco: Bloco 4

Início do bloco: Bloco 5

Q4 A ONGA da qual faz parte, realiza ou têm presente atividades ou projetos de Educação Ambiental (EA)?

- Sim (1)
- Não (2)

Avançar para: Fim do inquérito Se A ONGA da qual faz parte, realiza ou têm presente atividades ou projetos de Educação Ambiental (E... = Não

Fim do bloco: Bloco 5

Início do bloco: Bloco 6

Q5 Qual(ais) o(s) público-alvo(s) das atividades e projetos de Educação Ambiental da sua ONGA?

- Estabelecimentos de ensino (1)
- Comunidade Local (2)
- Voluntários (3)
- Autarquia local (4)
- Empresas (5)
- Outros (6) _____

Fim do bloco: Bloco 6

Início do bloco: Bloco 7

Q6 De uma escala de 0 a 5, em que 0 corresponde a “Nunca” e 5 corresponde a “Muito frequentemente”. De acordo com a faixa etária, qual a frequência da realização de atividades de Educação Ambiental pela sua ONGA.

	0 (Nunca) (1)	1 (Raramente) (2)	3 (Ocasionalmente) (3)	4 (Frequentemente) (4)	5 (Muito frequentemente) (5)
< 4 anos (1)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5 - 9 anos (2)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10 - 14 anos (3)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
15 - 24 anos (4)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
25 - 34 anos (5)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
35 - 44 anos (6)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
45 - 54 anos (7)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
55 - 64 anos (8)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
65 > anos (9)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fim do bloco: Bloco 7

Início do bloco: Bloco 8

Q7 Existe algum método(s) pedagógico(s) seguido pela sua ONGA?

Sim (1)

Não (2)

Q8 Se respondeu "sim" a pergunta anterior, a baixo escreva qual(ais) o(s) método(s) pedagógico(s) utilizado(s).

Fim do bloco: Bloco 8

Início do bloco: Bloco 9

Q9 Selecione a(s) característica(s) e objetivo(s) que melhor definem ou se associam às atividades e projetos de Educação Ambiental realizados pela sua ONGA:

- Reconhecimento do valor intrínseco e relação com o meio natural; (1)
- Contacto e ligação com a natureza - “educação ao ar livre” (Outdoor education) e “educação para o meio natural” (Nature education); (2)
- Desenvolvimento de habilidades e preocupação com a gestão ambiental; (3)
- Conservação dos recursos; (4)
- Projetos de gestão/conservação (“Educação para a conservação”); (5)
- Criação de guias ou código de comportamentos; (6)
- Desenvolver habilidades de resolução de problemas (no meio ambiente); (7)
- Promoção de investigação crítica: do diagnóstico à ação dos problemas ambientais; (8)
- Informar e/ou promover as pessoas a se informarem sobre os problemas e problemáticas ambientais; (9)
- Promover e desenvolver habilidades para a resolução dos problemas e problemáticas ambientais; (10)
- Desenvolvimento do pensamento sistémico: análise e síntese para um visão global; (11)
- Conhecer e compreender as realidades e problemáticas ambientais, tendo em vista decisões apropriadas; (12)
- Análise dos sistemas ambientais; (13)
- Desenvolver um modelo sistémico em função da observação em campo e a análise dos componentes e relações no sistema; (14)
- Adquirir conhecimento e interesse em ciências ambientais/do meio ambiente; (15)
- Desenvolver habilidades relativas à experiência científica; (16)

- Desenvolvimento de conhecimentos e habilidades relativas às ciências do meio ambiente; (17)
- Ênfase no processo científico (objetivo de abordar com rigor as realidades e problemáticas ambientais permitindo compreendê-las melhor, em função das relações causa-efeito); (18)
- Enfoque sistêmico e um processo de resolução de problemas; (19)
- Desenvolver um sentimento de pertença; (20)
- Ambiente na vida quotidiana (incorpora elementos socioculturais, tecnológicos e históricos); (21)
- Exploração do meio ambiente como meio de vida; (22)
- Cruzamento da natureza e da cultura; (23)
- Desenvolver um sistema/corrente ética (antropocentrismo, biocentrismo, sociocentrismo, ecocentrismo, etc); (24)
- Desenvolvimento de código de comportamento socialmente desejáveis; (25)
- Promover a construção de um sistemas de valores ambientais e atuar com base num conjunto de valores; (26)
- Análise, definição e crítica de valores sociais; (27)
- Enfoque holístico de aprendizagem e da relação com o meio; (28)
- Enfoque exclusivamente analítico e racional das realidade ambientais; (29)
- Compreensão das dimensões das realidades socioambientais como das diversas dimensões da pessoas que entra em relação com estas realidades; (30)
- Desenvolver competências em ecodesenvolvimento comunitário, local ou regional; (31)
- Desenvolvimento de um “ética ecocêntrica” onde centra a EA no desenvolvimento de uma relação preferencial com o meio local ou regional, no desenvolvimento de um sentimento de pertença e valorização deste meio; (32)

- Aprendizagem na ação, pela ação e para a melhora desta; (33)
- Desenvolver competências de reflexão sobre o projeto de ação empreendido (pesquisa-ação); (34)
- Desconstruir as realidades socioambientais visando transformar o que causa os problemas; (35)
- Foco da análise socialmente crítica (convida os participantes a entrar num processo de pesquisa em relação às suas próprias atividades de EA); (36)
- Análise das dinâmicas sociais que se encontram na base das realidades e problemáticas ambientais; (37)
- Integrar os valores feministas à relação com o meio ambiente; (38)
- Reconhecer a ligação entre natureza e cultura; (39)
- Ênfase no caráter cultural da relação com o meio ambiente (valorizar a dimensão cultural e da sua relação com o meio ambiente); (40)
- Adaptar a pedagogia às realidades culturais diferentes, bem como, utilizar nas pedagogias de diversas culturas que têm outra relação com o meio ambiente; (41)
- Aproveitar a relação com o meio ambiente como desenvolvimento pessoal; (42)
- O meio ambiente como uma “esfera de interação” essencial para a ecoformação ou para a ecoontogênese; (43)
- Promover um desenvolvimento econômico respeitoso dos aspetos sociais e do meio ambiente; (44)
- Educação para o desenvolvimento de sustentação e sustentável (aprender a utilizar os recursos de hoje para que haja suficientemente para todos e se possa assegurar as necessidades do amanhã). (45)

Observação:

Correntes de acordo com o número de características no inquérito:

- Naturalista (1 e 2);

- Conservacionista/recursista (3 a 6);
- Resolutiva (7 a 10);
- Sistémica (11 a 14);
- Científica (15 a 18);
- Sistémica e resolutiva (19);
- Humanista (20 a 23);
- Moral/ética (24 a 27);
- Holística (28 a 30);
- Biorregionalista (31 e 32);
- Prática (33 e 34);
- Crítica (35 a 37);
- Feminista (38);
- Etnográfica (39 a 41);
- Ecoeducação (42 e 43);
- Sustentação e da sustentabilidade (44 e 45).

Fim do bloco: Bloco 9

Início do bloco: Bloco 10

Q10 Qual(ais) o(s) enfoque(s) educativo(s) das atividades e projetos de Educação Ambiental na sua ONGA?

- Cognitivo (processo de aquisição e desenvolvimento de conhecimento - cognição) (1)
- Experiencial (através da observação) (2)
- Experimental (através da experimentação) (3)
- Afetivo (através da sensibilidade afetiva) (4)
- Espiritual (5)
- Artístico (através da arte) (6)
- Sensorial (através dos sentidos) (7)
- Criativo/estético (8)
- Pragmático (conjunto de regras que regulam os atos - o que é usual/prático) (9)
- Moral (atual de acordo com um conjunto de valores) (10)
- Holístico (referindo-se à totalidade de cada ser, de cada realidade, e à rede de relações que une os seres entre si em conjunto onde eles adquirem sentido - defende uma visão integral e um entendimento geral dos fenômenos e não a análise isolada dos seus constituintes); (11)
- Orgânico (12)
- Intuitivo (através da intuição) (13)
- Prático (através da ação) (14)
- Reflexivo (através da reflexão) (15)
- Dialogístico (através do diálogo) (16)
- Simbólico (através daquilo que representa) (17)

Fim do bloco: Bloco 10

Início do bloco: Bloco 11

Q11 A sua ONGA realizou alguma iniciativa ou projeto financiado em colaboração com a Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA 2017-2020)?

Sim (1)

Não (2)

Avançar para: Fim do bloco Se A sua ONGA realizou alguma iniciativa ou projeto financiado em colaboração com a Estratégia Nacio... = Não

Q12 Uma das ações da ENEA 2020 era de “Estimular o papel das ONGA e equiparadas, enquanto promotoras e coordenadoras de programas/projetos de EA”.

Acha que este objetivo foi cumprido? Justifique.

Sim (1) _____

Não (2) _____

Fim do bloco: Bloco 11

Início do bloco: Bloco 12

Q13 Na perspectiva da sua ONGA, qual(ais) dos seguintes objetivos estratégicos da ENEA 2017-2020 acredita terem sido alcançados?

- Acompanhamento e avaliação da EA; (1)
- Incentivos à difusão de Equipamentos de EA; (2)
- Envolvimento dos cidadãos no seu km2 de ação; (3)
- Valorização do voluntariado ambiental; (4)
- Integração das matérias ambientais nos currículos académicos; (5)
- Valorização curricular da participação em ações de EA; (6)
- Dinamização de programas e atividades de EA; (7)
- Promoção do referencial de educação ambiental para a sustentabilidade. (8)

Fim do bloco: Bloco 12

Início do bloco: Bloco 13

Q14 Na perspectiva da sua ONGA, qual(ais) das seguintes medidas por objetivo da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED 2018-2022) acredita estarem a ser alcançados?

- Formação de agentes educativos; (1)
- Capacitação de organizações em matéria de Educação para o desenvolvimento (ED); (2)
- Produção de conteúdos e recursos de ED. (3)
- Reforço da integração da ED no sistema educativo; (4)
- Fortalecimento da ED nos contextos da Educação não-formal; (5)
- Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas; (6)
- Envolvimento dos meios de comunicação social; (7)
- Participação internacional. (8)
- Reconhecimento formal da Educação para o Desenvolvimento; (9)
- Articulação nacional na tomada de decisões em matéria de ED; (10)
- Articulação internacional em matéria de ED; (11)
- Mobilização de recursos adequados à intervenção em ED; (12)

Fim do bloco: Bloco 13

Anexo III – Resultados.

Quadro 2 – Número total de ONGA participantes.

N	Valid	73
	Missing	0

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	73	100,0	100,0	100,0

Quadro 3 – Região da ONGA em Portugal.

N	Valid	72
	Missing	1

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Norte	8	11,0	11,1	11,1
	Lisboa (Área metropolitana de Lisboa)	24	32,9	33,3	44,4
	Centro	16	21,9	22,2	66,7
	Alentejo	6	8,2	8,3	75,0
	Algarve	14	19,2	19,4	94,4
	Região Autónoma dos Açores	1	1,4	1,4	95,8
	Região Autónoma da Madeira	1	1,4	1,4	97,2
	Vale do Tejo	2	2,7	2,8	100,0
	Total	72	98,6	100,0	
Missing	System	1	1,4		
Total		73	100,0		

Quadro 4 – Âmbito de atuação da ONGA.

		Equiparada a ONGA	Nacional	Regional (alcance geográfico supramunicipal)	Local (alcance geográfico municipal ou inframunicipal)	Sem âmbito
N	Valid	18	18	15	14	7
	Missing	55	55	58	59	66

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Qual o âmbito de atuação da sua ONGA (segundo o RNOE)? ^a	70	95,9%	3	4,1%	73	100,0%

^a Dichotomy group tabulated at value 1.

		Responses		
		N	Percent	Percent of Cases
Qual o âmbito de atuação da sua ONGA (segundo o RNOE)? ^a	Equiparada a ONGA Nacional	18	25,0%	25,7%
	Regional (alcance geográfico supramunicipal)	15	20,8%	21,4%
	Local (alcance geográfico municipal ou inframunicipal)	14	19,4%	20,0%
	Sem âmbito	7	9,7%	10,0%
	Total	72	100,0%	102,9%

^a Dichotomy group tabulated at value 1.

Quadro 5 – Atividades das ONGA.

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Qual(ais) a (s) atividade(s) da sua ONGA de acordo com o RNOE? ^a	67	91,8%	6	8,2%	73	100,0%

^a Dichotomy group tabulated at value 1.

		Responses		
		N	Percent	Percent of Cases
Qual(ais) a (s) atividade(s) da sua ONGA de acordo com o RNOE? ^a	Conservação da Natureza e Biodiversidade (Espécies, Habitats)	31	18,0%	46,3%
	Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	28	16,3%	41,8%
	Gestão de Recursos Florestais	12	7,0%	17,9%
	Modos ativos de mobilidade	4	2,3%	6,0%
	Promoção do Conhecimento, Captura e Salvamento de Animais	9	5,2%	13,4%
	Proteção do Ambiente	31	18,0%	46,3%
	Proteção do Ambiente Marinho	10	5,8%	14,9%
	Proteção dos Solos e Uso Sustentável das Terras	14	8,1%	20,9%
	Proteção e Conservação da Paisagem e do Património Natural e Construído	21	12,2%	31,3%
	Proteção e Promoção do Uso Eficiente dos Recursos Hídricos	12	7,0%	17,9%
	Total	172	100,0%	256,7%

^a Dichotomy group tabulated at value 1.

Quadro 6 – Número de ONGA que realizam atividades ou projetos de EA.

N	Valid	67
	Missing	6

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	60	82,2	89,6	89,6
	Não	7	9,6	10,4	100,0
	Total	67	91,8	100,0	
Missing	System	6	8,2		
Total		73	100,0		

Quadro 7 – Resposta à questão “Qual(ais) o(s) público-alvo(s) das atividades e projetos de EA da sua ONGA?”

		Estabelecimentos de ensino	Comunidade Local	Voluntários	Autarquia local	Empresas	Outros
N	Valid	39	36	27	24	19	10
	Missing	34	37	46	49	54	63

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Qual(ais) o(s) público-alvo(s) das atividades e projetos de Educação Ambiental da sua ONGA? ^a	59	80,8%	14	19,2%	73	100,0%

^a Dichotomy group tabulated at value 1.

		Responses		
		N	Percent	Percent of Cases
Qual(ais) o(s) público-alvo(s) das atividades e projetos de Educação Ambiental da sua ONGA? ^a	Estabelecimentos de ensino	39	25,2%	66,1%
	Comunidade Local	36	23,2%	61,0%
	Voluntários	27	17,4%	45,8%
	Autarquia local	24	15,5%	40,7%
	Empresas	19	12,3%	32,2%
	Outros	10	6,5%	16,9%
Total		155	100,0%	262,7%

^a Dichotomy group tabulated at value 1.

Quadro 8 – Resposta à questão “De acordo com a faixa etária, qual a frequência da realização de atividades de EA pela sua ONGA”.

	0 (Nunca)		1 (Raramente)		3 (Ocasionalmente)		4 (Frequentemente)		5 (Muito frequentemente)		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
- < 4 anos	10	20,8	14	29,2	18	37,5	5	10,4	1	2,1	48	100,0
- 5 - 9 anos	2	4,3	3	6,5	14	30,4	20	43,5	7	15,2	46	100,0
- 10 - 14 anos	0	,0	6	13,0	11	23,9	18	39,1	11	23,9	46	100,0
- 15 - 24 anos	0	,0	6	13,3	9	20,0	18	40,0	12	26,7	45	100,0
- 25 - 34 anos	0	,0	9	19,6	12	26,1	16	34,8	9	19,6	46	100,0
- 35 - 44 anos	2	4,4	5	11,1	14	31,1	17	37,8	7	15,6	45	100,0
- 45 - 54 anos	4	8,7	4	8,7	13	28,3	17	37,0	8	17,4	46	100,0
- 55 - 64 anos	4	8,9	9	20,0	16	35,6	11	24,4	5	11,1	45	100,0
- 65 > anos	4	9,8	12	29,3	14	34,1	10	24,4	1	2,4	41	100,0

Quadro 9 – Resposta à questão “Existe algum método(s) pedagógico(s) seguido pela sua ONGA?”

N	Valid	45
	Missing	28

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	17	23,3	37,8	37,8
	Não	28	38,4	62,2	100,0
	Total	45	61,6	100,0	
Missing	System	28	38,4		
Total		73	100,0		

Quadro 10 – Resposta à questão “Selecione a(s) característica(s) e objetivo(s) que melhor definem ou se associam às atividade e projetos de EA realizados pela sua ONGA”.

Case Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Selecione a(s) característica(s) e objetivo(s) que melhor definem ou se associam às atividades e projetos de EA realizados pela sua ONGA. ^a	38	52,1%	35	47,9%	73	100,0%

^a. Dichotomy group tabulated at value 1.

Selecione a(s) característica(s) e objetivo(s) que melhor definem ou se associam às atividades e projetos de EA realizados pela sua ONGA. ^a	Responses		
	N	Percent	Percent of Cases
Reconhecimento do valor intrínseco e relação com o meio natural;	24	4,9%	63,2%
Contacto e ligação com a natureza - "educação ao ar livre" (Outdoor education) e "educação para o meio natural" (Nature education);	25	5,1%	65,8%
Desenvolvimento de habilidades e preocupação com a gestão ambiental;	14	2,9%	36,8%
Conservação dos recursos;	21	4,3%	55,3%
Projetos de gestão/conservação ("Educação para a conservação");	19	3,9%	50,0%
Criação de guias ou código de comportamentos;	9	1,8%	23,7%
Desenvolver habilidades de resolução de problemas (no meio ambiente);	11	2,2%	28,9%
Promoção de investigação crítica: do diagnóstico à ação dos problemas ambientais;	9	1,8%	23,7%
Informar e/ou promover as pessoas a se informarem sobre os problemas e problemáticas ambientais;	25	5,1%	65,8%
Promover e desenvolver habilidades para a resolução dos problemas e problemáticas ambientais;	16	3,3%	42,1%
Desenvolvimento do pensamento sistémico: análise e síntese para um visão global;	8	1,6%	21,1%
Conhecer e compreender as realidades e problemáticas ambientais, tendo em vista decisões apropriadas;	17	3,5%	44,7%
Análise dos sistemas ambientais;	3	0,6%	7,9%
Desenvolver um modelo sistémico em função da observação em campo e a análise dos componentes e relações no sistema;	5	1,0%	13,2%
Adquirir conhecimento e interesse em ciências ambientais/do meio ambiente;	18	3,7%	47,4%
Desenvolver habilidades relativas à experiência científica;	5	1,0%	13,2%
Desenvolvimento de conhecimentos e habilidades relativas às ciências do meio ambiente;	10	2,0%	26,3%
Ênfase no processo científico (objetivo de abordar com rigor as realidades e problemáticas ambientais permitindo compreendê-las melhor, em função das relações causa-efeito);	5	1,0%	13,2%
Enfoque sistémico e um processo de resolução de problemas;	4	0,8%	10,5%
Desenvolver um sentimento de pertença;	18	3,7%	47,4%
Ambiente na vida quotidiana (incorpora elementos socioculturais, tecnológicos e históricos);	11	2,2%	28,9%
Exploração do meio ambiente como meio de vida;	13	2,7%	34,2%
Cruzamento da natureza e da cultura;	18	3,7%	47,4%
Desenvolver um sistema/corrente ética (antropocentrismo, biocentrismo, sociocentrismo, ecocentrismo, etc);	3	0,6%	7,9%
Desenvolvimento de código de comportamento socialmente desejáveis;	10	2,0%	26,3%
Promover a construção de um sistemas de valores ambientais e atuar com base num conjunto de valores;	11	2,2%	28,9%

Análise, definição e crítica de valores sociais;	6	1,2%	15,8%
Enfoque holístico de aprendizagem e da relação com o meio;	14	2,9%	36,8%
Enfoque exclusivamente analítico e racional das realidades ambientais;	1	0,2%	2,6%
Compreensão das dimensões das realidades socioambientais como das diversas dimensões da pessoas que entra em relação com estas realidades;	7	1,4%	18,4%
Desenvolver competências em ecodesenvolvimento comunitário, local ou regional;	9	1,8%	23,7%
Desenvolvimento de um "ética ecocêntrica" onde centra a EA no desenvolvimento de uma relação preferencial com o meio local ou regional, no desenvolvimento de um sentimento de pertença e valorização deste meio;	7	1,4%	18,4%
Aprendizagem na ação, pela ação e para a melhora desta;	14	2,9%	36,8%
Desenvolver competências de reflexão sobre o projeto de ação empreendido (pesquisa-ação);	4	0,8%	10,5%
Desconstruir as realidades socioambientais visando transformar o que causa os problemas;	9	1,8%	23,7%
Foco da análise socialmente crítica (convida os participantes a entrar num processo de pesquisa em relação às suas próprias atividades de EA);	3	0,6%	7,9%
Análise das dinâmicas sociais que se encontram na base das realidades e problemáticas ambientais;	10	2,0%	26,3%
Integrar os valores feministas à relação com o meio ambiente;	1	0,2%	2,6%
Reconhecer a ligação entre natureza e cultura;	15	3,1%	39,5%
Ênfase no caráter cultural da relação com o meio ambiente (valorizar a dimensão cultural e da sua relação com o meio ambiente);	7	1,4%	18,4%
Adaptar a pedagogia às realidades culturais diferentes, bem como, utilizar nas pedagogias de diversas culturas que têm outra relação com o meio ambiente;	6	1,2%	15,8%
Aproveitar a relação com o meio ambiente como desenvolvimento pessoal;	7	1,4%	18,4%
O meio ambiente como uma "esfera de interação" essencial para a ecoformação ou para a ecoontogênese;	5	1,0%	13,2%
Promover um desenvolvimento económico respeitoso dos aspetos sociais e do meio ambiente;	12	2,4%	31,6%
Educação para o desenvolvimento de sustentação e sustentável (aprender a utilizar os recursos de hoje para que haja suficientemente para todos e se possa assegurar as necessidades do amanhã).	21	4,3%	55,3%
Total	490	100,0%	1289,5%

^a Dichotomy group tabulated at value 1.

Quadro 11 – Resposta à questão “Qual(ais) o(s) enfoque(s) das atividades e projetos de EA na sua ONGA?”

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Qual(ais) o(s) enfoque(s) educativo(s) das atividades e projetos de EA na sua ONGA?	40	54,8%	33	45,2%	73	100,0%

a

^a Dichotomy group tabulated at value 1.

		Responses		
		N	Percent	Percent of Cases
Qual(ais) o(s) enfoque(s) educativo(s) das atividades e projetos de EA na sua ONGA?	Cognitivo	21	9,6%	52,5%
	Experiencial	29	13,2%	72,5%
	Experimental	27	12,3%	67,5%
	Afetivo	23	10,5%	57,5%
	Espiritual	4	1,8%	10,0%
	Artístico	10	4,6%	25,0%
	Sensorial	13	5,9%	32,5%
	Criativo/estético	4	1,8%	10,0%
	Pragmático	12	5,5%	30,0%
	Moral	7	3,2%	17,5%
	Holístico	15	6,8%	37,5%
	Orgânico	3	1,4%	7,5%
	Intuitivo	2	0,9%	5,0%
	Prático	14	6,4%	35,0%
	Reflexivo	12	5,5%	30,0%
Dialogístico	16	7,3%	40,0%	
	^a Simbólico	7	3,2%	17,5%
Total		219	100,0%	547,5%

^a Dichotomy group tabulated at value 1.

Quadro 12 – Resposta à questão “A sua ONGA realizou alguma iniciativa ou projeto financiado em colaboração com a ENEA 2017-2020?”.

N	Valid	40
	Missing	33

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	17	23,3	42,5	42,5
	Não	23	31,5	57,5	100,0
	Total	40	54,8	100,0	
Missing	System	33	45,2		
Total		73	100,0		

Quadro 13 – Resposta à questão “Uma das ações da ENEA 2020 era de “Estimular o papel das ONGA e equiparadas, enquanto promotoras e coordenadoras de programas/projetos de EA”. Acha que este objetivo foi cumprido?”.

N	Valid	19
	Missing	54

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	17	23,3	89,5	89,5
	Não	2	2,7	10,5	100,0
	Total	19	26,0	100,0	
Missing	System	54	74,0		
Total		73	100,0		

Quadro 14 – Resposta à questão “Na perspectiva da sua ONGA qual(ais) dos seguintes objetivos estratégicos da ENEA 2017-2020 acredita terem sido alcançados?”.

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Na perspectiva da sua ONGA, qual(ais) dos seguintes objetivos estratégicos de ENEA 2017-2020 acredita terem sido alcançados? ^a	38	52,1%	35	47,9%	73	100,0%

^a Dichotomy group tabulated at value 1.

		Responses		
		N	Percent	Percent of Cases
Na perspectiva da sua ONGA, qual(ais) dos seguintes objetivos estratégicos de ENEA 2017-2020 acredita terem sido alcançados? ^a	Acompanhamento e avaliação da EA;	4	4,7%	10,5%
	Incentivos à difusão de Equipamentos de EA;	9	10,6%	23,7%
	Envolvimento dos cidadãos no seu km2 de ação;	11	12,9%	28,9%
	Valorização do voluntariado ambiental;	17	20,0%	44,7%
	Integração das matérias ambientais nos currículos académicos;	9	10,6%	23,7%
	Valorização curricular da participação em ações de EA;	3	3,5%	7,9%
	Dinamização de programas e atividades de EA;	25	29,4%	65,8%
	Promoção do referencial de educação ambiental para a sustentabilidade.	7	8,2%	18,4%
Total		85	100,0%	223,7%

^a Dichotomy group tabulated at value 1.

Quadro 15 – Resposta à questão “Na perspectiva da sua ONGA, qual(ais) das seguintes medidas por objetivos da ENED 2018-2022 acredita estarem a ser alcançados?”.

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Na perspectiva da sua ONGA, qual(ais) dos seguintes objetivos da ENED 2018-2020 quais as medidas que acredita estarem a ser alcançados? ^a	31	42,5%	42	57,5%	73	100,0%

^a Dichotomy group tabulated at value 1.

	Responses			
	N	Percent	Percent of Cases	
Na perspetiva da sua ONGA, qual(ais) dos seguintes objetivos da ENED 2018-2020 quais as medidas que acredita estarem a ser alcançadas ^a	Formação de agentes educativos;	13	12,5%	41,9%
	Capacitação de organizações em matéria de Educação para o desenvolvimento (ED);	6	5,8%	19,4%
	Produção de conteúdos e recursos de ED.	13	12,5%	41,9%
	Reforço da integração da ED no sistema educativo;	9	8,7%	29,0%
	Fortalecimento da ED nos contextos da Educação não-formal;	13	12,5%	41,9%
	Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas;	9	8,7%	29,0%
	Envolvimento dos meios de comunicação social;	8	7,7%	25,8%
	Participação internacional	2	1,9%	6,5%
	Reconhecimento formal da Educação para o Desenvolvimento;	17	16,3%	54,8%
	Articulação nacional na tomada de decisões em matéria de ED;	4	3,8%	12,9%
	Articulação internacional em matéria de ED;	3	2,9%	9,7%
	Mobilização de recursos adequados à intervenção em ED;	7	6,7%	22,6%
	Total	104	100,0%	335,5%

^a Dichotomy group tabulated at value 1.

Quadro 16 – Relação da região e o âmbito da ONGA (em função do número e percentagem de casos).

		Qual a região da sua ONGA em Portugal?									
			Norte	Lisboa (Área metropolitana de Lisboa)	Centro	Alentejo	Algarve	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma da Madeira	Vale do Tejo	Total
Qual o âmbito de atuação da sua ONGA ^a	Equiparada a ONGA	n	5	6	5	1	0	0	0	1	18
		%	7,1%	8,6%	7,1%	1,4%	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%	25,7%
	Nacional	n	1	12	2	0	3	0	0	0	18
		%	1,4%	17,1%	2,9%	0,0%	4,3%	0,0%	0,0%	0,0%	25,7%
	Regional (alcance geográfico supramunicipal)	n	1	2	5	2	3	1	0	1	15
		%	1,4%	2,9%	7,1%	2,9%	4,3%	1,4%	0,0%	1,4%	21,4%
Local (alcance geográfico municipal ou inframunicipal)	n	2	2	4	2	3	0	1	0	14	
	%	2,9%	2,9%	5,7%	2,9%	4,3%	0,0%	1,4%	0,0%	20,0%	
Sem âmbito	n	0	2	0	1	4	0	0	0	7	
	%	0,0%	2,9%	0,0%	1,4%	5,7%	0,0%	0,0%	0,0%	10,0%	
Total		n	8	23	16	6	13	1	1	2	70
		%	11,4%	32,9%	22,9%	8,6%	18,6%	1,4%	1,4%	2,9%	100,0%

Percentages and totals are based on respondents.

^a Dichotomy group tabulated at value 1.

Quadro 17 – Relação do âmbito de atuação da ONGA se realiza atividades ou projetos de EA (em função do número e percentagem de casos).

			A ONGA da qual faz parte, realiza ou têm presente atividades ou projetos de Educação Ambiental (EA)?		Total
			Sim	Não	
Âmbito de atuação das ONGA ^a	Equiparada a ONGA	n	14	2	16
		% within Q4	23,3%	28,6%	
		% of Total	20,9%	3,0%	23,9%
	Nacional	n	17	0	17
		% within Q4	28,3%	0,0%	
		% of Total	25,4%	0,0%	25,4%
	Regional (alcance geográfico supramunicipal)	n	13	2	15
		% within Q4	21,7%	28,6%	
		% of Total	19,4%	3,0%	22,4%
	Sem âmbito	n	11	3	14
		% within Q4	18,3%	42,9%	
		% of Total	16,4%	4,5%	20,9%
Q2 Sem âmbito	n	7	0	7	
	% within Q4	11,7%	0,0%		
	% of Total	10,4%	0,0%	10,4%	
Total	n	60	7	67	
	% of Total	89,6%	10,4%	100,0%	

Percentages and totals are based on respondents.

^a. Dichotomy group tabulated at value 1.

Quadro 18 – Percentagem de ONGA por região que realiza atividades ou projetos de EA.

		A ONGA da qual faz parte, realiza ou têm presente atividades ou projetos de Educação Ambiental (EA)?					
		Sim		Não		Total	
		n	%	n	%	n	%
Qual a região da sua ONGA em Portugal?	Norte	8	100,0	0	,0	8	100,0
	Lisboa (Área metropolitana de Lisboa)	19	86,4	3	13,6	22	100,0
	Centro	12	85,7	2	14,3	14	100,0
	Alentejo	6	100,0	0	,0	6	100,0
	Algarve	11	84,6	2	15,4	13	100,0
	Região Autónoma dos Açores	1	100,0	0	,0	1	100,0
	Região Autónoma da Madeira	1	100,0	0	,0	1	100,0
	Vale do Tejo	2	100,0	0	,0	2	100,0
	Total	60	89,6	7	10,4	67	100,0

Quadro 19 – Percentagem de ONGA que realizam atividades ou projeto de EA que apresentam algum método(s) pedagógico(s).

		A ONGA da qual faz parte, realiza ou têm presente atividades ou projetos de Educação Ambiental (EA)?	
		Sim	
		n	%
Existe algum método(s) pedagógico(s) seguido pela sua ONGA?	Sim	17	37,8
	Não	28	62,2
	Total	45	100,0

Quadro 20 – Percentagem de ONGA que realizou alguma iniciativa ou projeto financiado em colaboração com a ENEA 2020 que apresenta algum método pedagógico.

		Existe algum método(s) pedagógico(s) seguido pela sua ONGA?					
		Sim		Não		Total	
		n	%	n	%	n	%
A sua ONGA realizou alguma iniciativa ou projeto financiado em colaboração com a Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA 2017-2020)?	Sim	8	47,1	9	52,9	17	100,0